

**Delambre Ramos de Oliveira**  
(Dell Delambre)

**Os conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável no documento oficial da Rio+20: diálogo com a proposta de “Ecodesenvolvimento” de Ignacy Sachs**

Trabalho apresentado para obtenção do título de especialista em Mudanças Climáticas, Projetos Sustentáveis e Mercado de Carbono no Programa de Educação Continuada, Setor de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Paraná.  
Orientadora: Prof. Líbia Pátria Peralta Agudelo.

**PECCA**  
PROGRAMA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA  
EM CIÊNCIAS AGRÁRIAS  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

**CURITIBA**  
**2013**

## **Dedicatória**

**Dedico esta monografia à minha falecida vovó Paulina; mulher simples e analfabeta, remanescente de escravos no interior de Minas Gerais, que disseminou o germe da educação em nossa família**

## **Agradecimento**

**Agradeço à minha mãe, Rita de Cássia, que tive o privilégio de ter como professora no ensino fundamental, aos meus irmãos e primos de quem sempre recebo apoio para crescimento profissional. Agradeço também à orientadora, Dra. Libia Agudelo, que deu instruções importantes à pesquisa e aos professores (as) da UFPR.**

## **EPÍGRAFE**

**“Der Mensch veraendert das Klima durch Faellen der Waelder [...] und durch die Entwicklung großer Dampf- und Gasmassen an den Mittelpunkten der Industrie.“**

**Alexander von Humboldt, 1843**

**“O Ser humano transforma o clima através da derrubada de florestas e através do desenvolvimento de grandes massas de vapores e gases que estão no ponto central das indústrias.”**

**Alexander von Humboldt, 1843**

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO E DIAGNÓSTICO.....</b>	<b>6</b>
1.1 Descrição do Tema .....	6
1.2 Definição e Delimitação do Problema.....	6
1.3 Justificativa ou Importância do Estudo .....	7
<b>2. OBJETIVOS .....</b>	<b>9</b>
2.1 Objetivo Geral .....	9
2.2 Objetivos Específicos .....	10
<b>3. MARCO TEÓRICO .....</b>	<b>11</b>
<b>4. METODOLOGIA .....</b>	<b>12</b>
<b>5. RESULTADOS .....</b>	<b>13</b>
<b>6. O FUTURE QUE NÓS QUEREMOS E O “ECODESENVOLVIMENTO” .....</b>	<b>14</b>
6.1 Introdução ao Documento <i>O Futuro que nós Queremos</i> .....	14
6.2 <i>A Ambiguidade dos Conceitos Centrais do Documento</i> .....	19
6.3 A Historiografia das Conferências sobre Meio Ambiente na ONU, a partir de Ignacy Sachs: a Rio+20 Estaria Decidida Antes de Começar? .....	21
6.4 O “Ecodesenvolvimento” como Resposta ao “Relativismo” e “Pragmatismo” dos Conceitos “Sustentabilidade” e “Desenvolvimento Sustentável” do Documento .....	35
<b>CONCLUSÃO E PROPOSTAS.....</b>	<b>46</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>50</b>

## 1. INTRODUÇÃO E DIAGNÓSTICO

### 1.1 Descrição do Tema

O presente trabalho analisa as características dos conceitos “sustentabilidade” e “desenvolvimento sustentável” no documento oficial da Rio+20, a partir da definição de “Ecodesenvolvimento” do economista Ignacy Sachs.

### 1.2 Definição e Delimitação do Problema

O problema central dessa pesquisa se refere à *ambiguidade* dos conceitos “sustentabilidade” e “desenvolvimento sustentável” presentes no documento final da Rio+20, *O Futuro que nós Queremos*, que causou leituras pessimistas em diferentes segmentos da sociedade sobre o valor da conferência. Essa ambiguidade gerou certo *relativismo e pragmatismo* nos temas que giram em torno desses conceitos. Esse fato era observado nos textos preparatórios antes da conferência e na história das opções que a ONU assumiu, desde a primeira conferência sobre Meio Ambiente em Estocolmo, no ano de 1972.

O problema que destacamos é que no documento, por diversos fatores que mostraremos ao longo da pesquisa, foi-se optando por propostas de desenvolvimento sustentável que, por um lado, se embasavam na gravidade do desenvolvimento insustentável mundial, e por outro, essas mesmas propostas privilegiavam uma abordagem mais conciliatória dos interesses políticos e financeiros dos países mais fortes. Para acomodar esses interesses, forjaram-se conceitos com forte cunho “relativista e pragmático”<sup>1</sup> ao se tratar da sustentabilidade e desenvolvimento sustentável. O dilema é que, sob esse paradigma, a proposta fundamental da conferência, isto é, alcançar a economia verde e a erradicação da pobreza com metas específicas a curto, médio e longo prazo de mudança no desenvolvimento poluente, ficou esvaziada de densidade objetiva, uma vez que, para manter o paradigma de desenvolvimento vigente, optou-se pelo multilateralismo e conciliação dos interesses majoritários.

---

<sup>1</sup> Esses conceitos não fazem parte da definição presente no documento. Essa é uma interpretação nossa para a abordagem presente no texto.

Neste sentido, a *ambiguidade* tornou-se marca problemática do documento, pois, por um lado, os representantes dos países tinham consciência da gravidade do problema ambiental e, indiretamente, das lacunas do modelo vigente de desenvolvimento, fato positivo do documento. Mas por outro, esse conhecimento do problema não se transformara em medidas eficazes com o estabelecimento de prazos, metas e avaliações sobre a eficácia ou o fracasso das últimas conferências sobre o Meio Ambiente da ONU.<sup>2</sup>

Esse é o cerne do nosso problema, a saber, conciliação de interesses hegemônicos na conferência geraria uma *ambiguidade* que compõe os conceitos sustentabilidade e desenvolvimento sustentável do documento, tornando-os *relativos* e *pragmáticos*, ao se referirem à economia verde, erradicação da pobreza, desenvolvimento e outros.<sup>3</sup> Esse fato redundaria em mais uma questão, a opção central da conferência seria não avaliar os resultados das conferências passadas, o que questionaria ambiguidade e o relativismo.

### 1.3 Justificativa ou Importância do Estudo

O ponto central dessa discussão na ONU é o que a vincula diretamente à proposta fundamental da pós-graduação: aceitando o dado científico de que as mudanças do clima (“Klimawandel”) são efeito antrópico (RAHMSTORF, 2012, p. 9-29) –, em princípio, os mercados de créditos de carbono visam a sustentabilidade, isto é, razão que, historicamente,<sup>4</sup> fez surgir os acordos internacionais sobre o clima, a criação de um mercado de artigos ambientais, pesquisas sobre a ciência do clima global, fomento do uso das bioenergias, dos biocombustíveis e da biomassa; e os projetos de carbono nos mercados regulados e voluntários em diferentes áreas e nos diversos usos da terra: reflorestamento e conservação de florestas.

---

<sup>2</sup> Praticamente todas as organizações dos eventos paralelos, em suas cartas enviadas à ONU, destacavam esse fator: ausência de compromissos que gerassem medidas práticas a curto, médio e longo. Exemplos: Carta dos 500 cientistas reunidos na PUC-Rio e Carta da Cúpula dos Povos.

<sup>3</sup> Nas conferências setoriais realizadas no Rio Centro, existia o comentário de que nas discussões que antecederam a Rio+20, optaram pelo tema da “Economia Verde” e a “Erradicação da Pobreza”, porque não seria viável para a imagem da ONU reconhecer que as metas estabelecidas nas conferências passadas não foram atingidas pelos países.

<sup>4</sup> Essa é a importância de, no tópico seguinte, realizar-se a historiografia das conferências sobre o Meio Ambiente da ONU, através da reflexão teórica do economista Ignacy Sachs.

Os temas supracitados, que formam a coluna vertebral dessa pós-graduação, faziam parte das discussões centrais promovidas pela ONU antes, durante e depois da Rio+20. Um exemplo era o “Rio+20 Dialogues: Diálogos de Desenvolvimento Sustentável”<sup>5</sup>. Cada um dos Onze “Space” era coordenado por três ou quatro professores de diferentes universidades do mundo, agregando debatedores de quase todos os continentes. Para mostrar o vínculo e a importância do estudo, elencamos alguns temas de cada “Space” dos “Dialogues”: Energia sustentável para todos; Oceanos; Inovação de Laboratórios; Florestas; Trabalho decente, desemprego e migração; Economia do desenvolvimento sustentável, cidades sustentáveis e inovação; Desenvolvimento sustentável como uma resposta para as crises econômica e financeira; Água; Desenvolvimento sustentável para o combate à pobreza; Segurança alimentar e nutricional.<sup>6</sup>

Os principais temas discutidos na conferência e expostos no documento são centrais nas disciplinas da pós-graduação em mudanças climáticas, projetos sustentáveis e mercado de carbono. A discussão sobre o documento *O Futuro que nós Queremos* torna-se relevante porque é o primeiro texto de expressão da maioria dos países da ONU sobre sustentabilidade nesse raiar do século XXI. Como existe certa banalização semântica sobre o uso da palavra sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, por causa da força do paradigma do consumo, que ainda é fundamental na lógica da economia vigente, torna-se relevante pesquisa sobre os conceitos.

Uma reflexão mais filosófica num curso mais prático é importante, já que o objetivo da pós-graduação é formar profissionais com capacidade de desenvolver projetos sustentáveis dentro dos diferentes mercados de crédito de carbono. Para essa pós-graduação, certamente, uma das valias da monografia está no fato de que, a mesma ambiguidade que denotamos nos conceitos centrais do documento poderia

---

<sup>5</sup> Participamos desses diálogos alguns meses antes da conferência oficial. Todos receberam um convite/senha que permitia contribuir no debate em cada “Space” e enviar propostas que, se fossem escolhidas pelo grupo, seriam debatidas nos diálogos que aconteceram no Rio Centro nos 4 dias antes de começar a conferência oficial e, em seguida, encaminhadas ao secretário geral da ONU.

<sup>6</sup> Para obter mais informações sobre esses diálogos, Cf. Sustainable Development Dialogues. Disponível em: <http://www.uncsd2012.org/index.php?page=view&nr=596&type=13&menu=23>> Acesso em 19 jun. 2012.

estar presente no objetivo central do curso: o mesmo mercado de créditos de carbonos que foi criado para ajudar no equacionamento do problema das emissões pode também justificar a lógica do consumo porque existirá um mercado financeiro aproveitando esse problema. Essa questão é complexa e poderia receber mais atenção nos cursos de *Lato Sensu e Stricto Sensu* na área ambiental. Para se livrar do risco do pragmatismo, em algum momento do curso, o estudante da pós-graduação poderia ter a consciência de que o relativismo e o pragmatismo são riscos presentes no seu ofício ou na prática da empresa na qual trabalha e que, inclusive, financia a pós-graduação que ele faz. Neste sentido, esse TCC, ao levantar essa discussão, ainda que o estudo seja bibliográfico, isto é, sem análise quantitativa como os trabalhos do curso, evidencia sua relevância, pois a transdisciplinaridade possibilita dialogar sobre questões em sustentabilidade que vão um pouco além dos resultados numéricos e quantitativos de um único projeto.

Por isso, é imprescindível estudar o paradigma atual do desenvolvimento, ao mesmo tempo em que se desenvolvem projetos para esse mercado. Embora não tenhamos respostas para algumas dessas questões, o estudo do tema torna-se relevante porque os aprofundamentos conceituais e filosóficos nas áreas mais exatas e práticas são novas demandas quando se vincula sustentabilidade à transdisciplinaridade, fazendo do imperativo ético um dos principais recursos para solução de conflitos e impasses ambientais transnacionais.

## 2. OBJETIVOS

### 2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral do estudo passa diretamente pela resposta que ensejamos dar à pergunta: existe uma “ambiguidade” na forma de tratar os conceitos Economia Verde, Erradicação da Pobreza que gera certo “relativismo” e “pragmatismo” nos termos centrais da conferência, a saber, “Sustentabilidade” e “Desenvolvimento Sustentável” no documento, observada pela não fixação de metas numéricas e obrigações para os países no que se refere à transição a curto, médio e longo prazo para uma economia que não dependa dos combustíveis fósseis e valoriza as potencialidades regionais como foco do desenvolvimento social e ambiental?

## 2.2 Objetivos Específicos

Com isso, pretendemos investigar se essa “ambiguidade” acontece porque, na conferência, opta-se, por um lado, pelo equacionamento dos diversos interesses hegemônicos e, por outro, pela acomodação dos anseios e clamores da sociedade. Como se observou na preparação do *rascunho zero*, não havia efetiva intenção de se assumir os riscos da transição para outro paradigma de desenvolvimento econômico, social e ambiental. Com isso, os termos centrais do documento perderam sua densidade objetiva e histórica. Neste sentido, nosso objetivo é averiguar se, ao fazermos uma historiografia das conferências anteriores, utilizando a caminhada de Ignacy Sachs, a Rio+20 já não estaria decidida antes mesmo de começar.

Desejamos mostrar que essa opção pelo multilateralismo, isto é, conciliação, num mesmo texto, de concepções antagônicas e dispares, transformou em conceitos *relativos e pragmáticos* conteúdos fundamentais do documento, tais como *sustentabilidade e desenvolvimento sustentável*. Por isso, desejamos pontuar, na pesquisa, que os conceitos supracitados não se definem somente pela consciência da gravidade do problema e pelo recurso linguístico, senão pela capacidade de provocar alterações que interfiram no paradigma de desenvolvimento vigente através de metas a curto, médio e longo prazo para solução do problema. Dessa idiosincrasia acima, pretendemos mostrar que é possível construir conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável coerentes e contextualizados, ainda que, no texto do documento, esses conceitos apareçam embutidos em palavras usualmente aceitas no campo semântico e do politicamente correto das questões ambientais, ou no modismo *verde*.

Nosso objetivo é mostrar que a caminhada acadêmica e prática do economista Ignacy Sachs, até chegar à proposta do Ecodesenvolvimento, pode ser um modelo de compreensão sobre como os temas *meio ambiente e sustentabilidade* entraram na pauta da ONU e como sua proposta ajudaria a compreender o *relativismo e o pragmatismo* dos conceitos num documento que abre a discussão no início de milênio. Portanto, o Ecodesenvolvimento pode ser, por um lado, a proposta que ajuda

a visualizar a *ambiguidade* do documento, e por outro, uma alternativa para se “re-discutir” e “re-construir” esses conceitos sem o *relativismo e pragmatismo* inerentes ao documento.

Sendo assim, pretendemos mostrar que essa discussão é pertinente à pós-graduação por alguns motivos: primeiro, pelo risco de que mercados econômicos que envolvem artigos ambientais corram o risco de autenticar acriticamente o modelo de desenvolvimento que gera o problema que os projetos sustentáveis querem solucionar; segundo, porque é imprescindível que, diante de um problema tão grave como o ambiental, a transdisciplinaridade se torna condição *sine qua non* também numa especialização que visa formar profissionais com condições de atuarem em projetos sustentáveis.

Portanto, desejamos acentuar que existem alguns princípios de sustentabilidade que se aplicam a qualquer dimensão institucional e que, inclusive, poderiam compor os fundamentos de uma Certificação de Projetos Sustentáveis e Transdisciplinares, na área de *Educação e Desenvolvimento para Sustentabilidade (Bildung und Entwicklung fuer Nachhaltigkeit)*. Como o trabalho do consultor em sustentabilidade está bastante confuso, pretendemos fornecer um produto mínimo na área de consultoria institucional, empresarial e de comunidades carentes.

### 3. MARCO TEÓRICO

Nossa pesquisa é bibliográfica. Sendo assim, a sustentação teórica é o conceito de “Ecodesenvolvimento” de Ignacy Sachs. O conceito surge, por um lado, discutindo as propostas presentes em praticamente todas as conferências sobre meio ambiente e desenvolvimento da ONU, e por outro lado, na tentativa de correlacionar o desenvolvimento local no contexto do desenvolvimento global. Segundo SACHS (1986, p. 113): “o conceito de ecodesenvolvimento surgiu a partir de uma polêmica dupla contra os partidários do crescimento selvagem, que defendem a fuga para frente no mal desenvolvimento – como meio de corrigir seus males – e contra os ‘zeristas’, vítimas do absolutismo do critério ecológico a ponto de perderem a visão antropocêntrica do mundo, que é a de todas as filosofias humanistas.”

A entrada da discussão sobre “meio ambiente” e “desenvolvimento sustentável” na ONU se confunde com o desenvolvimento das propostas desse economista, que escreveu vários livros sobre o assunto, dentre eles, Ecodesenvolvimento (SACHS, 1986) e a Ecosocioeconomia (SACHS, 2007).

As tensões ocorridas para elaboração das conferências da ONU, de certa forma, já sinalizavam para o problema que, como hipótese, levantamos na pesquisa, por isso, o ecodesenvolvimento torna-se uma proposta teórica.

#### 4. METODOLOGIA

No início, usaríamos estritamente o documento oficial como fonte primária da pesquisa. No decorrer do trabalho, observamos que isso demandaria muito tempo, sendo mais propício em um trabalho *stricto sensu*. Outra limitação seria a ausência de publicação específica sobre o documento. Portanto, como metodologia, optamos por ter como fonte primária o que alguns setores da sociedade, principalmente alguns eventos paralelos, relataram sobre o documento, comparando essas abordagens sobre o documento com a proposta do Ecodesenvolvimento.

Metodologicamente, isso não impede que o texto do documento seja citado diretamente, algo que será imprescindível, porém, não é o fator mais importante da monografia, uma vez que, ao final da conferência, houve certo consenso entre os representantes da sociedade civil que se posicionaram, considerando o documento demasiadamente tímido, modesto e conciliador: aqui está nosso foco. Se não houvesse certo consenso coletivo sobre essa impressão do documento, seria necessário uma longa explicação sobre as razões que nos levaram a eleger essa abordagem sobre o documento. Portanto, o tempo e o objetivo da pesquisa não possibilitaram acessar todas as contradições sobre o documento.

Sendo assim, algumas interpretações da sociedade civil, as opções das conferências da ONU para o meio ambiente de anos anteriores e as propostas de ecodesenvolvimento do economista Ignacy Sachs são a forma sobre como analisamos os conceitos desenvolvimento sustentável e sustentabilidade no documento, a partir da leitura do paradigma. É uma pesquisa bibliográfica.

O método, portanto, é comparativo, a partir de diálogos. Faz-se necessário acentuar que os dados elencados não fazem parte de um trabalho empírico e, portanto, não são disponibilizados em tabelas, fluxogramas e estatísticas como se processa numa pesquisa empírica. O foco é análise e interpretação textual, onde as perguntas também podem ser consideradas respostas ao problema central.

## 5. RESULTADOS

Esperamos mostrar como a ausência de metas e prazos no documento final, pela força do paradigma de desenvolvimento econômico, acaba por construir conceitos relativos e pragmáticos de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável. Desejamos evidenciar que, uma das razões é a intenção de acomodar os interesses dos países mais fortes.

Com isso, pretendemos propor uma reformulação dos conceitos Sustentabilidade, Desenvolvimento Sustentável e Economia Verde, a partir da mudança em longo prazo do paradigma vigente de desenvolvimento. Para não cair na ambiguidade que gera o relativismo e pragmatismo, ou vice versa, tornam-se imprescindíveis definições claras sobre o significado dos conceitos, sempre na relação com a prática local e com o paradigma de desenvolvimento global, proposta de Ignacy Sachs sobre o “Ecodesenvolvimento”.

Neste sentido, almejamos elencar elementos a fim de que, num debate sobre mudanças climáticas e projetos sustentáveis, aprofundemos coerentemente os conceitos de sustentabilidade, transdisciplinaridade, paradigma econômico, ética e desenvolvimento. Esses temas poderiam ser uma base teórica-introdutória nos diferentes cursos de graduação e pós-graduação sobre gestão ambiental, desenvolvimento sustentável e projetos sustentáveis. O mesmo pode ser aplicado aos cursos que utilizam os artigos ambientais como oportunidade de mercado, dentro do paradigma econômico no qual as empresas só contratam o serviço se o projeto, primeiro, provar sua viabilidade econômica. Como numa pós-graduação *lato sensu*, em função do tempo, não há muitas oportunidades de discutir o “relativismo” e o “pragmatismo” presente na maioria das propostas atuais sobre o significado de

sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável presente nesse paradigma de desenvolvimento atual, espera-se como resultado contribuir para discussão sobre o projeto da pós-graduação em questão.

## 6. O FUTURO QUE QUEREMOS E O “ECODESENVOLVIMENTO”

### 6.1 Introdução ao Documento *O Futuro que nós Queremos*

O documento possui 49 páginas e está dividido em cinco seções. I. “Nossa Visão Comum”. p. 1-2: mostra a gravidade do problema ambiental e a necessidade do desenvolvimento sustentável nas áreas ambiental, social e econômica II. “Renovando Compromisso Político”. p. 2-8: reafirmam-se princípios firmados em conferências anteriores. Do ponto de vista linguístico e verborrágico, o texto é bem construído e passa coerência quando elenca os problemas:

39. Reconhecemos que o planeta Terra e seus ecossistemas são a nossa casa e que a Mãe Terra é uma expressão comum em vários países e regiões, e nota-se que alguns países reconhecem os direitos da natureza no contexto da promoção do desenvolvimento sustentável. Estamos convencidos de que, a fim de alcançar um equilíbrio justo entre as necessidades econômicas, sociais e ambientais das gerações presentes e futuras, é necessário que isso aconteça em harmonia com a natureza.

Neste tópico, reafirmam-se compromissos assumidos das outras conferências, porém, abstêm-se de problematizar os resultados não alcançados. Esse é um dos motivos porque faremos um longo tópico sobre a *historiografia* das conferências da ONU sobre desenvolvimento sustentável. Pelo olhar da ambiguidade, a opção em não avaliar as metas passadas, mas apenas descrevê-las, seja uma estratégia para escapar do problema central. “III. Economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza.” p. 8-12. Se analisarmos esse tópico na íntegra, veremos que as maiores partes são recomendações e conscientizações sobre o problema. Esse é um aspecto fundamental para nossa hipótese. Quando não se discute o paradigma econômico do desenvolvimento, a economia verde sofre pequenas mudanças, mas no centro, torna-se dependente do modelo vigente de economia, baseada em combustíveis fósseis e no consumo. Esse talvez seja o tópico do documento onde aparece, de forma contundente, o “pragmatismo” e o “relativismo” e,

ao mesmo tempo, a acomodação dos interesses antagônicos dos países. Ou seja, não discutir o cerne do problema e propor mudanças para o projeto de desenvolvimento assinalado em Estocolmo e na Rio 92. Por exemplo, no item 58, p. 9, as reafirmações são bastante relevantes, porém, não existe garantia de que os países as colocarão em prática. Isso não invalida a importância do documento, como mostraremos no decorrer do trabalho. Após citar as constatações sobre a necessidade da economia verde e da erradicação da pobreza, o item 59 diz que “[...] cada país pode escolher um caminho apropriado em concordância com os planos, estratégias e prioridades do desenvolvimento sustentável nacional.” O documento não tem uma identidade propositiva e proativa, senão prospectiva e reativa. Esse traço é uma das marcas da ambiguidade, que gerariam o relativismo e pragmatismo para alcançar o consenso.<sup>7</sup> Ao falar sobre o resultado do documento, o secretário geral da ONU, Ban Ki-moon<sup>8</sup> afirmaria que isso “representa uma vitória importante para o multilateralismo depois de meses de difíceis negociações.”

Nesse tópico importantíssimo, porque carrega a fundamentação teórica do documento, não se fala nada sobre outros modelos econômicos. Como não há uma discussão epistemológica sobre a definição da economia verde, ela pode ser interpretada como ações de melhoramento, de forma sustentável, do modelo econômico vigente. Em termos de diagnóstico, a questão aqui nem é tanto o uso de combustíveis fósseis, mas a autenticação implícita de que a economia deva continuar sobrepondo todas as outras dimensões da vida humana. Essa situação questiona o argumento que, diante da crise econômica vigente, melhor é não propor mudanças. Mas seria justamente a crise que abriria possibilidades de se estimular outros estilos de

---

<sup>7</sup> Acompanhamos no Rio Centro, no dia 19, os diversos jogos de interesses que colocavam a conferência no risco de não acertar um documento. Foi necessário que o representante do governo Brasileiro assumisse as negociações. O contexto das discussões, que não é possível narrar aqui, explica a posição reativa e tímida do Brasil que, propôs um documento alternativo, mas que privilegiava o multilateralismo, isto é, sem pontos polêmicos que se referiam à pergunta central quando se pensa numa mudança de paradigma no desenvolvimento sustentável: quais as ações deverão ser feitas e como as contas deverão ser pagas para uma transição no modelo de desenvolvimento? Optou-se por outro caminho, lançar a discussão para os próximos encontros. Cf. BUCÃO, Luis; PIRES, Marco Túlio. **Jogos Diplomáticos: como nasceu o texto da Rio+20**. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/jogos-diplomaticos-como-nasceu-o-texto-da-rio-20>> Acesso em 24 jun. 2012.

<sup>8</sup> KI-MOON, Ban. **Declaração de Ban Ki-moon à Assembleia Geral da ONU sobre os resultados da Rio+20**. Disponível em: <http://www.onu.org.br/rio20/tema/documento-final/>> Acesso em 28 Jun. 2012.

vida e de desenvolvimento que não fossem tão dependentes do modelo econômico vigente, vinculado ao consumo.

Ao esboçar sobre a erradicação da pobreza que, na verdade, é o objetivo da economia verde e do desenvolvimento, mais uma vez, o pragmatismo e o relativismo estão nas entrelinhas. O texto é politicamente correto e não há embasamento filosófico e conceitual dos principais termos. Por exemplo, no item 58, que reafirma o significado da economia verde para o desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza, nos pontos da letra A até a L, o texto tem um extremo cuidado em afirmar que as decisões não interferem nas leis nacionais de cada país; e também dá a entender que exista uma relação quase assimétrica entre o problema ambiental e a pobreza. Não se deve negar a participação dos pobres na crise ambiental, mas é fato que um dos graves problemas é o consumismo, marca dos países europeus e EUA, historicamente, os maiores poluidores.

É provável que a maior questão ainda esteja aberta: seria possível erradicar a pobreza sem que mudanças estruturais aconteçam no modelo de desenvolvimento econômico, social e ambiental e sem que alguém pague a conta? Esse questionamento é fundamental porque qualquer cidadão que saia da linha de pobreza e chegue a outro patamar social é, automaticamente, inserido num gigantesco campo simbólico que atinge todas as esferas da vida humana. Nessa forma de existir e encontrar sentido de vida, o econômico se sobrepõe às outras esferas da vida, fazendo do desejo e do consumo fatores determinantes da felicidade, da qualidade de vida e dos relacionamentos, portanto, o sentido simbólico do estar no mundo, *Dasein*. Erradicar a pobreza dentro desse modelo é, ao mesmo tempo, piorar a situação ambiental do planeta, pois geraria mais consumo.

Embora o texto nada fale sobre isso, o tema da pobreza é bastante difícil, pois, os estudos clássicos sobre a “pobreza de muitos” mostram a existência de relação direta com a “riqueza de poucos”. Um dos caminhos propostos pelo documento é a ajuda dos países desenvolvidos. São quase 20 referências à frase “ajuda aos países em desenvolvimento”. Ao apresentarmos a teoria de Ignacy Sachs, constatar-se-á que a “ajuda” deveria fortalecer o desenvolvimento local, isto é, o “Ecodesenvolvimento”.

Outro aspecto importante que discutiremos no trabalho é que, ao tratar sobre a economia verde e a erradicação da pobreza, o documento parte do pressuposto de que precisa haver crescimento global, porém, deve ser sustentado, inclusivo e equitativo, item 61, p. 10. Esse talvez seja um dos pontos mais criticados pelos movimentos paralelos da Rio+20: a interpretação do que seja crescimento. Esse é um dos motivos porque escolhemos a teoria de economista Ignacy Sachs para esse TCC. No tópico, p. 12, “IV. Quadro institucional para o desenvolvimento sustentável.” *A. Fortalecimento das três dimensões do desenvolvimento sustentável.* O item 76, do A até o I, é importante, mas contém apenas recomendações, sem propostas com regras claras para o cumprimento. Pelos subtítulos, é possível ver a relevância para qualquer discussão em sustentabilidade. Entretanto, no contexto do documento, fica ambíguo. Podemos conferir os subtítulos do *O Futuro que nós Queremos*: p. 13-19. *B. Fortalecimento dos acordos intergovernamentais para o desenvolvimento sustentável. C. Pilar ambiental no contexto do desenvolvimento sustentável. E. Regional, nacional, sub-nacional, local.*

“V. Quadro de ação e acompanhamento.” Vale citar os assuntos dissertados nesse tópico para análise<sup>9</sup>: “A. *Áreas temáticas e questões transversais.*”

Segurança alimentar e nutricional e agricultura sustentável; Água e saneamento; Energia; Turismo sustentável; Transporte sustentável; Cidades sustentáveis e assentamentos humanos; Saúde e população; Promover trabalho pleno e produtivo, emprego decente para todos e proteção social; Oceanos e mares; Pequenos Estados insulares em desenvolvimento (SIDS); Países menos desenvolvidos; África, Esforços regionais; Redução do risco de desastres; Mudanças climáticas; Florestas; Biodiversidade; Desertificação, degradação do solo e a seca; Montanhas; Produtos químicos e resíduos; Consumo e produção sustentáveis; Mineração; Educação; Igualdade de gênero e empoderamento das mulheres. B. Metas de desenvolvimento sustentável.

É possível perceber a relevância desses temas, dos “diálogos” ocorridos na Rio+20 e nos eventos paralelos. Como citamos, grande parte desses assuntos fazem parte dos conteúdos principais da pós-graduação.

“B. *Metas de desenvolvimento sustentável.*” Nessa parte do documento, no item 246, p. 43, onde deveria ter metas com números e prazos, reiteram-se os objetivos da Agenda

<sup>9</sup> Rio+20. **The Future we want.** Disponível em: <http://www.un.org/en/sustainablefuture/> Acesso 25 Jun. 2012. p, 18-42.

21, os planos de Joanesburgo, os Princípios do Rio. Tudo poderá ser integrado à agenda de desenvolvimento da ONU que será estabelecida pós 2015, de acordo com as Metas de Desenvolvimento do Milênio. Em nenhum momento, faz-se uma avaliação dos motivos do não cumprimento da Agenda 21 e das metas do milênio. Nos sete destaques mais importantes do documento, feito pelo secretário geral da ONU, Ban Ki-moon,<sup>10</sup> afirma: “Em segundo lugar, vocês – os Estados-Membros – concordaram em lançar um processo para estabelecer objetivos universais de desenvolvimento sustentável, ODS [Objetivos de Desenvolvimento Sustentável].”

No documento, existem apenas incorporações e sobreposições de objetivos no futuro do presente. Esse dado torna-se fundamental e justifica o longo trabalho de *Historiografia* que fizemos nesse TCC sobre as opções de estilos de desenvolvimento na história da ONU, até chegar à abordagem “relativista” e “pragmática”, que concilia os interesses díspares no campo da sustentabilidade. Neste sentido, quase sempre que aparecem as expressões “sustentável” ou “desenvolvimento” no documento, estão sob essa força que acomoda interesses diferentes e contraditórios. Embora o texto tenha um discurso extremamente polido e consciente sobre o problema, o paradoxo se dá porque, do ponto de vista linguístico, os adjetivos “verde” e “sustentável” acabam caindo na armadilha retórica da ambiguidade. No tópico, “VI. Meios de Implementação”, p. 44, onde se esperava a contribuição prática por causa da constatação do problema nas partes anteriores do documento, apenas se reafirmam os meios e programas já identificados na Agenda 21, no plano de Joanesburgo, na Declaração de Doha e outros.

No momento em que observamos o documento na íntegra, constatamos seu aspecto positivo em conseguir mostrar de forma geral os principais problemas que correspondem ao desenvolvimento sustentável ou a sustentabilidade. Como texto descritivo para estudos, ele é importante. Como conscientização global sobre a questão ambiental, também o é. Poderia citar outras finalidades imprescindíveis desse documento. Porém, para uma vinculação histórica com as outras conferências sobre desenvolvimento sustentável da ONU e considerando a situação limite do planeta que o

---

<sup>10</sup> KI-MOON, Ban. Declaração de Ban Ki-moon à Assembleia Geral da ONU sobre os resultados da Rio+20. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/rio20/tema/documento-final/>> Acessado em: 28.06.2012.

próprio documento deixa entrever em suas entrelinhas, a consciência, os usos retóricos linguísticos e as verborragias geram a ambiguidade que faz o assunto cair no descrédito junto aos segmentos da sociedade. Esse fato foi observado ao final da conferência. Com isso, corre-se o risco de o documento, que deveria propor, com ações, outro paradigma de desenvolvimento, justificar o modelo de desenvolvimento. Ao assumir a liderança do evento, o governo brasileiro poderia ter levado propostas mais ousadas, diferente da opção pelo multilateralismo, ainda que a conferência não seguisse à frente. Uma das propostas mais importantes propunha a criação de um fundo de 30 bilhões de dólares para investir em projetos em países mais pobres, porém, não foi aceita. Outro aspecto que denotava o mesmo rumo, era a modificação no texto onde dizia *pobreza extrema*, foi modificado para *pobreza*.

Quando fazemos interpretação apenas a partir dos sete pontos mais importantes do documento, destacados pelo secretário geral da ONU, Ban Ki-moon, já é possível perceber a ambiguidade que costura o documento. Quando comparamos a Rio 92 com a Rio+20, os documentos gerados na primeira para mudar o paradigma de desenvolvimento foram bem diferentes.

## 6.2 A Ambiguidade dos Conceitos Centrais do Documento

O final da conferência Rio+20 deixou várias impressões, polarizadas em duas interpretações gerais pela sociedade: primeiro, aqueles que participaram intensamente das discussões no Rio Centro percebiam seriedade no trato do tema e expressavam o sentimento do valor inestimável da conferência, pelo nível alto dos assuntos e a excelência dos conferencistas;<sup>11</sup> e segundo, aqueles que esperavam avaliações das propostas definidas na Rio 92 se frustraram, como afirmou o prefeito de Nova York, BLOOMBERG<sup>12</sup>: “Primeiro, a Rio+20 e os governos nacionais de cada país não fizeram basicamente nada, eles não conseguem nem chegar a um acordo sobre como

---

<sup>11</sup> PERRI, Flávio Miragaia. **No texto final, o curto prazo tem mais urgência que o longo prazo.** Disponível em: <http://g1.globo.com/natureza/rio20/traduzindo-a-rio20/platb/2012/06/21/no-texto-final-o-curto-prazo-tem-mais-urgencia-que-o-longo-prazo/>> Acesso em 24 Jun 2012.

<sup>12</sup> TRIGUEIRO, André. **Um papo com Bloomberg.** Disponível em: <http://g1.globo.com/platb/mundo-sustentavel/category/mundo-sustentavel/>> Acesso em 25 Jun. 2012.

fazer medições. Eles, definitivamente, não conseguem chegar a um acordo sobre fazer qualquer coisa juntos.”

A ausência de resultados práticos e a não implementação da meta de reduzir em 30% as emissões GEE (Gases de Efeito Estufa) até 2030, com prazos para implementar mudanças, trouxe enorme decepção na sociedade: especialistas, pesquisadores, cidadãos e veículos midiáticos. No encontro histórico, ocorrido no Rio Centro, entre os representantes dos movimentos sociais, ONGs e 36 delegados da Cúpula dos Povos com o secretário geral da ONU, Ban Ki-moon, a sessão foi aberta com o desabafo de frustração da representante dos movimentos sociais<sup>13</sup>:

Senhor secretário das Nações Unidas, Ban Ki-moon, autoridades aqui presentes, companheiras e companheiros da Cúpula dos Povos. Eu gostaria de abrir essa sessão em nome das organizações e movimentos sociais do Brasil para uma conversa honesta e sincera com o secretário das Nações Unidas. Nós agradecemos profundamente o interesse e o convite de realização desse encontro. E gostaríamos de iniciar essa conversa, expressando nosso profundo desencanto e profunda frustração em relação ao documento apresentado na Rio+20. (...) esperávamos um documento bem mais audacioso, bem mais ambicioso, frente aos desafios que encontramos confrontando no planeta e entre os povos. De qualquer maneira, acreditamos que o diálogo e a continuidade de uma agenda é importante para que nós possamos resolver e criar saídas criativas e sustentáveis para o planeta. Portanto, aqui estamos, Cúpula dos Povos com as Nações Unidas para um diálogo franco e honesto.

Numa entrevista concedida no encontro de prefeitos, Bloomberg pergunta<sup>14</sup>: “Que conferência? (risos) Espero que eu esteja errado, mas eu acho que você pode esperar grandes discursos [polissemia]<sup>15</sup>, e eu vou ficar muito surpreso se eles tiverem feito qualquer progresso nos próximos cinco anos.” De certa forma, a ambiguidade que gera o relativismo e pragmatismo deve ser interpretada no contexto das opções da ONU diante do dilema ambiental.

---

<sup>13</sup> **Ban Ki-moon se encontra com representantes de movimentos sociais.** 22.06.2012. Rio+20. Áudio Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=qVWv5OuBmY8&feature=youtu.be>> Acesso em 18 jan. 2013.

<sup>14</sup> TRIGUEIRO, André. **Um papo com Bloomberg.** Disponível em: <http://g1.globo.com/platb/mundo-sustentavel/category/mundo-sustentavel/>> Acesso em 25 Jun. 2012.

<sup>15</sup> [ ] Grifo nosso.

### 6.3 A Historiografia das Conferências sobre Meio Ambiente na ONU, a partir de Ignacy Sachs: a Rio+20 Estaria Decidida Antes de Começar?

Podemos observar que o documento oficial começa fazendo um levantamento histórico sobre as conferências anteriores. Os 17 pontos iniciais são, praticamente, uma historiografia de como o tema foi tratado nas conferências anteriores. Em princípio, bastante coerente (O Futuro que nós Queremos, p. 1, 2). Porém, ao se analisar pelo questionamento do paradigma vigente, nota-se que não se destacam os conflitos ocorridos na história das outras conferências e não se faz uma avaliação para definir de fato o que será compreendido como sustentabilidade. Muito antes de estar na agenda da ONU, o *Sitz im Leben* da gênese do conceito de sustentabilidade é o confronto com um problema prático, como descreve SALZMANN (2012, p. 8): “O conceito sustentabilidade foi usado pela primeira vez no ano de 1713 num texto de Carl von Carlowitzs ‘Silvicultura econômica’. Ele criticou o grande desmatamento irresponsável das florestas.”

Antes de fazermos uma breve historiografia do debate na ONU, mostrando que a opção pelo “relativismo” e “pragmatismo” foi decisão tomada em conflitos, relembremos o que SACHS<sup>16</sup> disse num importante encontro em São Paulo, ‘Conferência Ethos 2012’, alguns meses antes de iniciar a Rio+20: “não cair no pessimismo, nem no ufanismo. Ambos os sentimentos, afirmou Sachs, tornam mais difícil enxergar as oportunidades que já existem no presente.”

SACHS (2009, p. 227) narra que tudo começou quando, em 1970, ele fora convidado para participar de um colóquio internacional sobre Ciências Sociais e o Meio Ambiente em Tóquio.<sup>17</sup> SACHS (2009, p. 229) também relata que seria num desses

---

<sup>16</sup> “Ignacy Sachs Recomenda na Rio+20, nem pessimismo, nem ufanismo. In: **Revista Época de Negócios**. Disponível em: <http://colunas.revistaepocanegocios.globo.com/empresaverde/2012/06/13/ignacy-sachs-recomenda-na-rio20-nem-pessimismo-nem-ufanismo/>> Acesso em 11 set. 2012.

<sup>17</sup> É importante descrevermos aqui três aspectos relevantes. Primeiro, o fato de I. Sachs narrar que não sabia absolutamente nada sobre meio ambiente, e inclusive que nunca tinha escutado essa palavra; segundo, o fato de, naquela época, o colóquio já apontar para uma abordagem transdisciplinar: as Ciências do Espírito (geistliche Wissenschaft) com as chamadas ciências exatas. Terceiro, que o evento girava em torno do caso “Escândalo de Minamata”, a fábrica que despejava mercúrio na baía da cidade e os gatos, comedores de peixes, foram envenenados.

colóquios que conheceria um dos conferencistas, Willian Kapp,<sup>18</sup> professor na Basileia, que foi “o pensador mais rigoroso sobre as relações entre ecologia, economia e sociedade, o que ele chamava, no fim da vida, de ‘ecossocioeconomia’”. Esse aspecto será importante porque Sachs se apropriará deste conceito e desenvolverá, a partir de sua vasta experiência global e marcada pela experiência na América Latina, o conceito de ecodesenvolvimento.<sup>19</sup> Desse seu conceito, colhemos, portanto, o significado tanto de desenvolvimento sustentável, quanto de sustentabilidade para dialogar com a leitura que alguns setores da sociedade fazem do documento oficial da ONU, *O Futuro que Nós Queremos*. No ano de 2006, Seria produzido um importante livro<sup>20</sup> que agrega artigos de sua caminhada.

Um fato deve ser destacado: em Tóquio, ele teria a intuição/interrogação que, de certa forma, em 2012, estaria como pauta central da Rio+20. Observemos o relato de SACHS (2009, p. 230): “Em Tóquio, pela primeira vez captei o elo profundo que une a problemática do meio ambiente e a do desenvolvimento. Para mim, abriu uma caixa de Pandora de perguntas:” Na teoria desse autor, a questão é a relação da sustentabilidade com a transdisciplinaridade e o desenvolvimento. Embora I. Sachs diga não ter ouvido falar sobre o assunto, em 1960, defendia sua tese de doutorado na universidade de Delhi, Índia, que seria publicada um ano depois com o título “Capitalismo de Estado e Subdesenvolvimento.”<sup>21</sup> Esse trabalho será fundamental para que I. Sachs consiga captar o coração do problema da sustentabilidade e do desenvolvimento. Seria tão importante que, quando Sachs foi convidado pelo governo brasileiro para participar dos “Diálogos para o Desenvolvimento”, encontro que reuniu propostas da sociedade civil para Rio+20, ele apresentou o projeto de criar um *fundo verde* para os países mais pobres para implementação do desenvolvimento sustentável. Sua proposta foi debatida e teve grande repercussão nos *Diálogos* no dia

---

<sup>18</sup> Economista alemão (Königsberg) radicado no EUA. 1919-1976.

<sup>19</sup> Como I. Sachs tem uma vasta produção bibliográfica, utilizaremos em nossa pesquisa, um importante livro: SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento. Crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986. O livro foi escrito em espanhol no México em 1982.

<sup>20</sup> SACHS, Ignacy. **Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento**. Paulo Freire Vieira (Org.). São Paulo: Cortez, 2007.

<sup>21</sup> Cf. SACHS, Ignacy. **Capitalismo de Estado e Subdesenvolvimento. Padrões do setor público em economias e subdesenvolvidas**. Trad. Margarida Moura Maria. Petrópolis: Vozes, 1969, 206p.

17 de junho. Em função da opção conciliatória do governo brasileiro, que já tinha retirado do texto a proposta de criação de um fundo de 30 bilhões de dólares para o desenvolvimento sustentável, a ideia de Ignacy não foi aceita.

Voltando à historiografia do tema, é possível perceber que a experiência de I. Sachs é antiga. O ensaio da primeira sistematização do conceito “Ecodesenvolvimento” viria com sua participação em 1971 na preparação da Primeira Conferência sobre Meio Ambiente da ONU, 1972, em Estocolmo. Segundo (SACHS, 2009, p. 232), em sua preparação, duas tendências se digladiaram: “de um lado, os favoráveis ao crescimento selvagem, independente dos riscos ambientais, e de outro, os ‘Zegistas’, partidários do crescimento demográfico zero, do crescimento material zero, e por fim, fomentadores para parar qualquer crescimento.”

Essa a função da historiografia do tema, possibilita situar avanços e retrocessos. A forma como a historiografia do desenvolvimento sustentável está nos parágrafos iniciais do documento oficial da Rio+20 aponta para o relativismo. Quando se trata de sustentabilidade, ainda hoje as polarizações dualistas estão presentes. Por isso, a definição de sustentabilidade é tão importante, em função da banalização semântica da palavra. Vale citar na íntegra a conclusão de I. Sachs e os outros especialistas que preparavam o documento para ser apresentado em Estocolmo em 1972.

Como mostra SACHS (2009, p. 232):

Graças a esse colóquio conseguimos definir uma via mediana que consistia em dizer: nada de parar o crescimento enquanto houver pobres e desigualdades sociais gritantes; mas é imperativo que esse crescimento mude no que se refere a suas modalidades e, sobretudo, à divisão de frutos. Precisamos de outro crescimento para um outro desenvolvimento. Olhando para trás, eu diria que saímos de Founex com as ideias claras sobre a articulação do social, do meio ambiente e do econômico. Os objetivos do desenvolvimento são sempre sociais, há uma condicionalidade ambiental que é preciso respeitar, e finalmente, para que as coisas avancem, é preciso que as coisas pensadas sejam economicamente viáveis. Essa posição foi retomada em Estocolmo em 1972, primeira grande conferência internacional sobre o tema.

Alguns elementos centrais sobre sua compreensão de ecodesenvolvimento estão presentes nas entrelinhas da abordagem acima. Aos poucos, torna-se evidente que a questão central da teoria que desenvolverá mais tarde gira em torno do crescimento (economia), resolver as desigualdades (social) e

desenvolvimento (eco). O detalhe do “economicamente viáveis” deve ser olhado com atenção. Da mesma forma, em 2012, a carta enviada pela Cúpula dos Povos ao secretário geral da ONU sobre a conferência Rio+20 aborda uma questão mal resolvida desde 1972. Como citamos nas páginas anteriores, para os representantes da Cúpula dos Povos, o documento oficial é pragmático porque quer manter a preservação da natureza sem mudanças práticas na estrutura do modelo de crescimento ou desenvolvimento.<sup>22</sup> Por isso, o detalhe, “economicamente viáveis”, é fundamental, pois Sachs mudaria sua postura ao longo dos anos.<sup>23</sup>

Na preparação para Estocolmo em 1971, I. Sachs conheceria vagamente o conceito de “ecossocioeconomia”. Seria na conferência de Estocolmo que, pela primeira vez, a palavra “ecodesenvolvimento” entraria em sua pauta, como se vê em seu relato, SACHS (2009, p. 234): “Foi nos arredores da conferência de Estocolmo que Strong lançou a palavra ‘ecodesenvolvimento’.” Logo em seguida, o próprio I. Sachs seria convidado a ajudar na formulação das bases teóricas do conceito, SACHS (2009, p. 234): “A palavra parecia suficientemente prenhe para que, no prolongamento das teses debatidas em Founex e retomadas em Estocolmo, me convidassem a tentar tornar mais claro seu conteúdo.”

Essa experiência seria delineadora para estabelecer os elementos centrais que sustentam o conceito ecodesenvolvimento e para revelar os conflitos internos sobre sustentabilidade na ONU. Seriam esses mesmos jogos de interesses que, em 2012, polarizariam o debate sobre o texto final, sendo necessário que o governo brasileiro assumisse as negociações e optasse pelo multilateralismo, perdendo uma chance histórica de propor outra forma de tratar as questões ambientais. Esse é

---

<sup>22</sup> **Declaração final da Cúpula dos Povos na Rio+20.** Disponível em: <http://cupuladospovos.org.br/2012/06/declaracao-final-da-cupula-dos-povos-na-rio20-2/>> Acesso em 22 dez. 2012.

<sup>23</sup> Esse é um dos aspectos que mais aproxima a teoria de Sachs sobre ecodesenvolvimento, por um lado, da manutenção, no documento oficial, do paradigma econômico sobreposto às outras áreas da sustentabilidade, e por outro, da proposta central da pós-graduação, no que se refere a ver os mercados de créditos de carbono como possibilidade de investimento e construção de projetos sustentáveis. Não se deve furtar a discutir o fato de que, no mercado de créditos carbono, também existe o risco da “ambiguidade”. Se ele for visto como algo estável, pode justificar o modelo de desenvolvimento, tornando um remendo para amenizar o problema; se for visto como provisório, pode apontar caminhos para uma possível mudança, chegando a se tornar quase desnecessário, pois uma economia de baixo carbono seria o *status quo* do desenvolvimento econômico.

motivo que, ao situarmos a Rio+20 no Espírito da Época, *Zeitgeist*, suspeitamos que ela fora também decidida na Conferência das Partes em Copenhague, 2010, e no encontro do G20, no México. A primeira, com a crise do clima global; a segunda, a crise da economia mundial.

Ao utilizarmos a teoria do Ecodesenvolvimento como ponto de diálogo com o conceito implícito de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável presente no documento *O Futuro que Nós Queremos*, citar uma retificação histórica de SACHS (2009, p. 234) sobre a mudança conceitual é imprescindível: “Portanto, trabalharíamos por vários anos no aperfeiçoamento do conceito de ecodesenvolvimento, que nesse meio-tempo se transforma em ‘desenvolvimento sustentável’ (termo que me desagradava profundamente).”<sup>24</sup> É preciso interligar essa mudança com o primeiro uso da palavra sustentabilidade em 1713 por Carl von Carlowitz no *Contexto, Zusammenhang*, da ‘Silvicultura econômica’. A questão inicial era um dilema real, a constatação da necessidade de uma mudança urgente. A etiologia da palavra desenvolvimento com o adjetivo sustentável remonta a questões intrinsecamente práticas, de vida ou morte.

A nova etapa na vida de I. Sachs será importante para a construção do conceito de Ecodesenvolvimento. Como enviado da ONU e a pedido do governo peruano, conduz uma missão para elaborar uma estratégia de longo prazo para a Amazônia peruana.<sup>25</sup> Aos poucos, sua experiência prática de vida possibilitaria a construção de outras percepções sobre o significado do desenvolvimento fora da lente eurocêntrica. Aos poucos, aconteceria uma transição paulatina da conceituação de

---

<sup>24</sup> Essa é uma colocação importante de Ignacy Sachs, que nos ajuda a compreender a leitura relativista do documento oficial da Rio+20. A ambiguidade e o pragmatismo na definição de sustentabilidade no documento oficial da Rio+20 revelam, por um lado, a confusão na sociedade sobre a compreensão do tema, e por outro, a necessidade de se construir um conceito compatível com sua história na ONU, com os resultados e fracassos nas implementações das ações do século XX, e os principais desafios do século XXI. As definições anteriores para desenvolvimento sustentável, embora bem embasadas, também são de certa forma genéricas. Para dialogar seriamente com cada contexto e cada época, o conceito de sustentabilidade precisa ser também inacabado, isto é, vinculado às necessidades de cada localidade.

<sup>25</sup> Aos 12 anos de idade, I. Sachs foge da Polônia por causa dos bombardeios nazista e após longa peregrinação com riscos eminentes de morte, a família consegue embarcar para o Brasil. Esse fato terá repercussões em sua produção. Ele voltaria para Europa, mas levaria na alma outro olhar para a realidade que diferenciava da tradicional hegemonia dos países chamados desenvolvidos. Cf. SACHS, I. **Terceira Margem. Em busca do Ecodesenvolvimento**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. *Passim*.

sustentabilidade com ênfase teórico-subjetiva, sujeita aos relativismos, para uma percepção prática-objetiva, vinculada às ações concretas na direção do problema, priorizando o desenvolvimento local em sua relação com o global.<sup>26</sup> Na sessão plenária da manhã dia 20 de junho de 2012, Wael Hmaidan, da Rede de Ação Climática (Climate Action Network - CAN), representante de quase mil Organizações não Governamentais (ONGs)<sup>27</sup>, solicitou que fosse retirada a frase do texto final, “com plena participação da sociedade civil.” O motivo alegado no seu discurso acentuava, dentre as críticas aos subsídios dados para produção de combustíveis fósseis pelas grandes potências, a crítica principal que se refere à ausência de metas e prazos para diminuição das emissões de GEEs no documento final.<sup>28</sup>

Portanto, o texto pode ser vanguardista quando se pensa numa consciência global sobre o dilema ambiental no alvorecer desse século. Entretanto, fica na metade do caminho por seu relativismo, excesso de multilateralismo e pragmatismo, quando se analisa a partir da necessidade da mudança de paradigma. Essa é a razão de inserir o “Ecodesenvolvimento”. Embora I. Sachs apresente outro paradigma, ele não é radical, como aqueles que são contrários a todo tipo desenvolvimento, e nem é favorável a uma conveniente adaptação da sustentabilidade ao modelo de desenvolvimento econômico, social e ambiental atual. Para exemplificar essa possibilidade de mudança, descrevemos o relato de I. Sachs sobre uma experiência no Peru. Aqui destacamos como esse contexto terá papel primordial na construção do conceito, que mais tarde se tornaria o ecodesenvolvimento, atrelado à ecossocioeconomia. Neste sentido, SACHS (2009, p. 236) afirma que:

Na Época, o Peru pensava ter encontrado uma grande jazida de petróleo à beira do Tigre, um afluente do Marañon. A proposta que fazíamos ao governo do Peru era idêntica a que eu tentaria, em 2005, discutir com o governo do Espírito Santo, no Brasil,

---

<sup>26</sup> Caso seja necessário, a sustentabilidade estar ligada às demandas locais para não se tornar refém do relativismo, podemos perceber que a experiência no Peru foi fundamental para a construção do Ecodesenvolvimento.

<sup>27</sup> A CAN fazia parte de um dos “Major Groups” que participava da conferência. Os “Major Groups” são nove e foram criados pela agenda 21. São grupos que representam setores como, mulheres, ONGs, sindicatos, crianças, jovens e outros da sociedade civil.

<sup>28</sup> Cf. **Watch CAN’ Wael Hmaidan deliver the NGOs statement at the opening of the Rio+20 conference.** Disponível em: <http://webtv.un.org/meetings-events/watch/representative-of-the-non-governmental-organizations-major-group-opening-of-the-conference-1st-plenary-meeting-rio20/1698993624001>> Acesso em 21 jun. 2012.

onde tinham descoberto uma grande jazida *offshore*. Tratava-se de uma parte dos royalties do petróleo – que vão durar o que durar, mas não será muito tempo – para traçar uma estratégia de desenvolvimento centrada na valorização dos recursos do ecossistema de recursos hídricos abundantes. Evidentemente, era preciso manter a floresta em pé por motivos ecológicos, mas aprendendo a fazer um uso correto dos recursos desse ecossistema para construir uma civilização moderna baseada nos recursos renováveis do trópico úmido. Estávamos no centro da problemática do ecodesenvolvimento.

Através dessa historiografia é possível contextualizar e dialogar com a pergunta que buscamos responder nesse trabalho. Por isso, é necessário descrever os primeiros esboços da proposta do ecodesenvolvimento, a partir de I. Sachs<sup>29</sup>. Como bem explica SACHS (2009, p. 236), a problemática em torno do Peru levou à produção de “um documento de umas cinquenta páginas, que na realidade seria o primeiro texto que escrevi sobre ecodesenvolvimento.” A partir dos sinais do ecodesenvolvimento<sup>30</sup> nesse relatório, acentuamos que a discussão teórica sobre sustentabilidade e desenvolvimento vem atrelada a um contexto e às medidas práticas que precisavam ser seguidas. A base do ecodesenvolvimento é também transdisciplinar, pois, para propor caminhos de desenvolvimento com adjetivo sustentável, foi imprescindível dialogar e incluir de forma séria os atores locais. Aqui está uma mudança de paradigma: no documento *O Futuro que Nós Queremos*, o contexto local é pensado a partir do contexto global, isto é, interesses dos países hegemônicos. No ecodesenvolvimento e no conceito de desenvolvimento sustentável, criado a partir dele, o contexto global é pensado a partir e em função dos contextos locais.<sup>31</sup> Voltando ao relatório onde Sachs

<sup>29</sup> Em 1980 e 1981, I. Sachs escreveria as primeiras obras diretamente sobre o tema: SACHS, Ignacy. **Stratégies de l'écodéveloppement**. Paris: Editions Economie et humanisme et les Editions ouvrières, 1980, 140p; \_\_\_\_\_. **Initiation à l'écodéveloppement**. En collab. avec A. Bergeret, M. Schiray, S. Sigal, D. Théry, K. Vinaver. Toulouse, Privat, 1981, 365p.; \_\_\_\_\_. **Ecodesarrollo: desarrollo sin destruccion**. Mexico, El Colegio de México, 1982, 201p.

<sup>30</sup> A primeira obra a ser traduzida para o português foi produzida no período em que I. Sachs realizou seu doutorado em economia na Índia, 1957 a 1960. Alguns aspectos dessa obra serão importantes para construção do ecodesenvolvimento mais tarde: 1) a possibilidade de viver e conhecer o processo de industrialização da Índia e sua correlação com seu conhecimento da América Latina, no que se refere à história da colonização. 2) Aprofundar as consequências do capitalismo fora da Europa. 3) Comparar os padrões de desenvolvimento japonês e indiano. Cf. SACHS, Ignacy. **Capitalismo de Estado e subdesenvolvimento**. Trad. Margarida Moura Maria. Petrópolis: Vozes, 1969. 206p.

<sup>31</sup> Para ser relevante, o século XXI terá que redefinir o conceito de sustentabilidade e dois aspectos deverão fazer parte dessa mudança: o papel imprescindível da população e o desenvolvimento local. No contexto do Ecomuseu, no morro Sta. Marta, Botafogo, Rio de Janeiro, percebemos que já existe na favela a discussão sobre quando as ações chamadas sustentáveis, embora importantes, beneficiam sobremaneira o lucro das empresas que desenvolvem projetos com o *genitivo* sustentável na favela. A

oferece alguns elementos sobre como o Ecodesenvolvimento seria construído mais tarde, vale descrever sua reflexão. SACHS, (2009, p. 239) avalia o relatório: “Penso que esse relatório teve o mérito de inovar ao propor uma estratégia de desenvolvimento em longo prazo, baseada na valorização dos recursos renováveis, financiada pelos royalties de um recurso esgotável, no caso, o petróleo.”

Na base do ecodesenvolvimento, I. Sachs propõe o crescimento endógeno através do financiamento internacional de pesquisas para a localidade. Os diversos embates travados no Rio Centro e as diversas reivindicações da sociedade nos eventos paralelos à Rio+20 são semelhantes às questões que se colocarão como entrave nas principais discussões sobre meio ambiente, quando a ONU opta por pensar o problema, a partir dos interesses internacionais. Sachs, precocemente, percebe essa mudança. No contexto de criação do PNUMA, SACHS (2009, p. 241) afirmaria que é “preciso deslanchá-lo depressa para colocar, na órbita certa, o ecodesenvolvimento, sem cair na armadilha da gestão do meio ambiente no sentido estrito do termo.” Em 1974, já existia sua preocupação em que o meio ambiente não fosse tratado desconectado de suas relações socioeconômicas. Ou seja, como um setor junto a outros.<sup>32</sup>

Num colóquio realizado em Cocoyoc, no México, nas discussões preparativas, SACHS (2009, p. 241) tocaria na questão central: “Por isso, pensamos que se deva centrar o debate nas modalidades de uso dos recursos naturais na produção e na divisão dos frutos do crescimento.” Novamente, o subjetivismo e o relativismo são sobrepostos com propostas práticas e nomeadas. Sem relação coerente entre local e global, o conceito de desenvolvimento tende ao relativismo e pragmatismo. Para a historiografia do conceito “ecodesenvolvimento”, chegamos num momento

---

sustentabilidade, na mudança de paradigma, parte dos atores locais, pois são eles que compreendem bem, por um lado, a vida social local com seus dramas e alegrias e, por outro, as características peculiares da biodiversidade da região.

<sup>32</sup> Sobre esse tema, é possível remontar uma antiga discussão filosófica, na qual se rediscute o paradigma antropocêntrico da modernidade. Se o ser humano é o centro do desenvolvimento, a exploração indébita da natureza é justificada. Nessa premissa, o ambiental é um setor junto dos outros. Se a natureza volta ao centro, recupera-se o conceito grego *Oikos*, latinizado como *Eco*, que significa *Casa*. O desenvolvimento não é para a preservação de um cômodo da casa, mas da casa toda. Todo desenvolvimento deveria ser pensado e trabalhado, a partir da visão global da casa, embora aqueles que moram nos cômodos, estejam mais aptos a dizer suas qualidades intrínsecas a fim de que, no contexto global, sejam votadas soluções para o cuidado de toda casa Terra.

central. Por um lado, o colóquio de Cocoyoc foi fundamental para traçar características que seriam incorporadas no debate mais tarde; e por outro lado, em se tratando de meio ambiente, marcaria o primeiro conflito na ONU entre uma abordagem focada no relativismo teórico e a outra que buscava propostas práticas, através dos documentos. O ecodesenvolvimento acena que, nesse assunto, é imprescindível fazer opções que interfiram na política, na economia e no poder.

Exemplificamos o que dizemos da seguinte forma: por um lado, as discussões sobre o documento oficial eram tangenciadas por esse relativismo, que já era *status questiones* na ONU e por outro, no evento paralelo ocorrido no dia 19 de Junho de 2012, no espaço “Humanidades 2012”, Forte de Copacabana, uma decisão teria impacto midiático internacional e serviria como exemplo para comprovar nossa hipótese: o grupo chamado C-40 (Climate Leadership Group), formado pelos 59 prefeitos das maiores cidades mundo, aprovou a meta de redução de 1.3 bilhões toneladas de gases de efeito estufa até 2030 nas suas respectivas cidades. Na fala do prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, marcou-se uma diferença entre carta de intenção e ação efetiva.<sup>33</sup> Essa postura, ainda que isolada, pode interferir em longo prazo no paradigma de desenvolvimento das cidades. Retomando as considerações sobre as decisões do encontro em Cocoyoc, México, SACHS (2009, p. 243) afirma: “No dia seguinte, a imprensa mexicana estava delirante: o colóquio de Cocoyoc marcava uma virada na história. Uma luta efetiva contra o subdesenvolvimento demandava parar o sobredesenvolvimento dos ricos. Os países em desenvolvimento deviam se apoiar em suas próprias forças. [...] Era de longe a declaração mais radical que as Nações Unidas jamais haviam elaborado. [...]”

No entanto, as divisões internas dentro da ONU sobre como abordar a questão do meio ambiente começavam a ficar visíveis. O documento final da Rio+20 precisa ser contextualizado nessa historiografia, pois, de certa forma, a partir da manutenção do paradigma de desenvolvimento atual, o resultado já estava decidido

---

<sup>33</sup> Cf. <WWW.C40.Org.> Essa notícia foi anunciada em várias mídias internacionais: BBC News, CNN, GreenBiz.com, The Washington Post, Bloomberg News, the Atlantic Cities blog. Cf. **Rio C+40: Cities shaping the discussion on a global Situation**. Disponível Em: <http://c40.org/c40blog/rio-c40-cities-shaping-the-discussion-on-a-global-solution>> Acesso em 14 Set. 2012.

antes das discussões como já citamos, a Conferência do Clima em Copenhague, 2010, e o Encontro do G-20 no México, 2012. SACHS (2009, p. 243) afirma as consequências dessa decisão prática de Cocoyoc e o reducionismo no trato da sustentabilidade.<sup>34</sup> “Dois dias depois, o secretariado da ONU recebe um telegrama que diz, *grosso modo*: ‘O que é essa declaração de Cocoyoc? Mais uma história dessas e seremos obrigados a rever nossa atitude face ao Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, cuja vocação é se ocupar da despoluição’. Assinado: Henry Kissinger.”

Apenas centrado na ambiguidade e no pragmatismo, é possível pensar a despoluição desassociada do paradigma do econômico, social e ambiental que a produz. Esse episódio abriria uma ferida que, talvez, apenas seria fechada com a Rio 92, mas que seria exposta mais tarde. Esse conflito entre o pragmatismo na abordagem sobre o meio ambiente e a objetividade prática com ações efetivas que intercalem os contextos locais e globais se tornará quase um *modus operandi* da ONU, ao tratar questões ambientais. Isso não significa dizer que não aconteceram ações importantes.<sup>35</sup> Mas como afirmara o economista e Professor da PUC-SP, DOWBOR (2011), “enquanto a Rio 92 tratou de levantar objetivos e metas em relação ao planeta, a Rio+20 terá como missão implementá-los.”<sup>36</sup> Esse é o coração do problema presente no documento oficial intitulado, *O Futuro que Nós Queremos*. A frustração da sociedade com o documento se deu porque o multilateralismo e o pragmatismo venceram, e como vimos, o conflito está na história do debate sobre esse Meio Ambiente na ONU. Esse fato e suas consequências foram pontuados por SACHS (2009, p. 243). Ele mostra as

---

<sup>34</sup> Sachs aprofunda essa discussão em suas obras e mostra que é necessário expandir o conceito de sustentabilidade e reconstruir o que se compreende por desenvolvimento. No seu trabalho, fundamental para nossa pesquisa, o desenvolvimento sustentável se desdobra em socialmente incluyente, ambientalmente sustentável e economicamente sustentado. Cf. SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2006; \_\_\_\_\_. **Desenvolvimento incluyente, sustentável e sustentado**. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2006.

<sup>35</sup> No contexto da Rio 92, foram gerados documentos importantíssimos que, com certeza, interferiram na história da sustentabilidade e nas pesquisas pelo mundo: *Agenda 21, Convenção da Biodiversidade, Convenção da Desertificação, Convenção das Mudanças Climáticas, Declaração de Princípios sobre as Florestas, A Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento e Carta da Terra*. Cada um desses documentos teve seus desdobramentos específicos. Por isso, ao falar da expectativa da Rio+20, pensa-se no fracasso e no pragmatismo, pois, no mínimo, seria imprescindível avaliar a eficácia desses documentos nas últimas duas décadas.

<sup>36</sup> POWBOR, Laudislau. Rio+20: centrada no equilíbrio entre a sustentabilidade e a equidade. In: **Revista do Instituto Humanitas Unisinos ON-LINE**. Ano XI, Dez. 2011, p. 16.

consequências da opção reducionista da ONU em Cocoyoc, ao reagir contra o ecodesenvolvimento:

Foi a partir daí que o 'ecodesenvolvimento' se tornou uma palavra mal apreciada, desaconselhável mesmo, e progressivamente substituída em inglês pela expressão *sustainable development*, atrozmente traduzida em francês como *développement durable*. Levaremos quatro ou cinco anos para de fato reabilitar a noção e retomar a reflexão iniciada em Cocoyoc, graças a uma série de colóquios regionais sobre os estilos de desenvolvimento e o meio ambiente, em particular o colóquio, que foi um grande êxito, organizado em Santiago pelo economista chileno Osvaldo Sunkel, na época diretor da unidade mista PNUMA-CEPAL.

Sustentabilidade, história e memória deveriam andar juntas. Notemos que, aos poucos, ficaria evidente que uma das questões centrais na sustentabilidade, a partir da transdisciplinaridade, é a compreensão sobre o desenvolvimento. Discutir coerentemente o paradigma que subjaz o desenvolvimento, é também esbarrar em interesses econômicos e hegemônicos, como descreve SACHS (2009, p. 251):

Seja como for, Osvaldo Sunkel, que tomou a direção da unidade mista, fez um excelente trabalho e até conseguiu organizar uma grande conferência sobre os estilos de desenvolvimento e o meio ambiente na América Latina, retomando assim a problemática de Cocoyoc. Conferências similares ocorreram em Bangcoc, Addis-Abeba e Liubliana, esta para a Europa.

A historiografia do tema na ONU, a partir da interpretação de I. Sachs, que esteve em quase todas as etapas, revela que a questão da sustentabilidade é complexa; por isso, os documentos produzidos nos eventos paralelos da Rio+20, que mostram a participação da sociedade civil, são tão importantes.

SACHS (2009, p. 251) mostra que mexer nessa área implica em criar desafios:

Mas quando, no início dos anos 1980, nos encaminhávamos para uma conferência mundial para confrontar os resultados desses encontros regionais, mais uma vez a guilhotina: os conselheiros para o meio ambiente da Comissão Econômica Europeia da ONU, em Genebra, nos comunicaram que o PNUMA não tinha de tratar dos estilos de desenvolvimento.

Mas como seria possível debater de forma proativa o problema do meio ambiente, sem discutir os estilos de desenvolvimento?<sup>37</sup> O pragmatismo tomaria corpo

---

<sup>37</sup> Quando refletimos sobre a responsabilidade que a universidade terá de assumir no século XXI, não se deveria satisfazer com uma formação universitária que não expusesse o aluno diante desses dilemas. Se compreendermos que, na crise de paradigmas da modernidade, a questão ambiental é tema central nesse século, a pós-graduação em "Mudanças Climáticas, Projetos Sustentáveis e Mercado de Carbono"

dentro dos documentos da ONU. Para responder a pergunta, é imprescindível inserir a conceituação da sustentabilidade nos processos de manutenção dos lucros das hegemonias e dos interesses políticos-financeiros. A questão importante que se solicita é a inversão, isto é, que sustentabilidade e desenvolvimento local tornam-se condição *sine qua non* para construir projetos sustentáveis, principalmente se estiverem vinculados a créditos de carbono em mercados regulados ou voluntários. Como no documento os interesses globais sobrepõem os locais, os países fracos saíram perdendo. E não é sem motivos que, na assembleia geral de aprovação do documento oficial da Rio+20, coincidentemente, países da África e América Latina solicitaram que, no documento aprovado, constassem as ressalvas e acréscimos de adendos que destacavam as reivindicações dos países pobres.

Voltando à historiografia, nos anos seguintes, a possibilidade de, em sustentabilidade, o desenvolvimento regional ser levado a sério na relação com o global, entraria na pauta, como percebeu SACHS, Ignacy. 2009, p. 251: “(...) seria preciso esperar a Cúpula da Terra, em 1992, para abordar seriamente esse tema.” O ecodesenvolvimento significava levar assuntos vinculados ao desenvolvimento para o centro das discussões. Ao mesmo tempo, forçar o estabelecimento de metas com prazos para alcançar objetivos preestabelecidos. Nesse contexto, pela primeira vez, e após muita insistência, I. Sachs conseguiu convencer o reitor da Universidade das Nações Unidas, o indonésio Soedjatmoko, “a lançar um programa sobre a questão fundamental.” (SACHS, Ignacy. 2009, p. 252). Através dessa historiografia sobre o assunto da sustentabilidade e do meio ambiente na ONU, podemos denotar que o ecodesenvolvimento possibilita aproximações fecundas com o documento final da Rio+20. Ele é parte da resposta ao nosso problema sobre a presença da ambiguidade no documento que gera o relativismo e o pragmatismo nos conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável.

---

está tocando no coração do problema da Pós-modernidade, que norteará a formação do pensamento contemporâneo. Neste sentido, é imprescindível refletir como essa pós-graduação *lato sensu* insere no seu currículo esse conflito, uma vez que um mercado de artigos ambientais, no lugar de mitigar o problema ambiental, pode justificá-lo caso não se discutam os modelos de desenvolvimento.

Quando evidenciamos os temas que sustentam o conceito “ecodesenvolvimento”, pontuamos as opções tomadas pela ONU. Elas vão à direção do que será cristalizado na preparação do documento para a Rio+20. Devemos destacar que, após aceitar o convite do reitor da Universidade da ONU, I. Sachs esboça os primeiros traços daquilo que mais tarde se tornaria o ecodesenvolvimento. Vale citar o texto na íntegra, tendo como referência a ambiguidade, o relativismo e o pragmatismo do documento *O Futuro que Nós Queremos*.

Assim narra SACHS (2009, p. 252).

No início dos 1980, ele me encarregou de dirigir um projeto sobre a interface alimentos-energia, que nos permitiu tratar de várias facetas do ecodesenvolvimento e, em especial, das questões pouco estudadas da agricultura urbana e dos sistemas integrados de produção de biocombustíveis e gêneros alimentícios, tema tão atual hoje em dia, de modo a podermos nos libertar progressivamente da dependência das energias fósseis. A agroenergia constitui, sem dúvida, uma parte importante, mas uma parte apenas, da civilização moderna do vegetal, baseada na exploração sistemática do trinômio biodiversidade-biomassa-biotecnologias e dando lugar à produção de alimentos, biocombustíveis, adubos verdes, materiais de construção, fibras e plásticos, vários produtos da química verde, sem esquecer a farmacopeia e os cosméticos. O século que começará saberá avançar nessa direção? Olhando para trás, constato que esse programa foi a proverbial andorinha que não fez verão.

O coração do problema que impulsiona a economia verde está aí e alguns pontos discutidos na Rio+20 já tinham sido debatidos anteriormente. Como destaca o próprio SACHS (2009, p. 252), seriam “necessários mais alguns anos para convencer os governos de que se devia retomar a Conferência de Estocolmo e galgar uma nova etapa em direção a um desenvolvimento respeitoso do meio ambiente.” Esse foi o contexto em que se formaria a Cúpula da Terra, no Rio de Janeiro, em junho de 1992. I. Sachs seria convidado por Maurice Strong, secretário geral da conferência, para escrever um dos documentos da cúpula sobre o desenvolvimento e o meio ambiente. Com isso, o tema do meio ambiente seria abordado e integrado ao contexto social, expondo as forças de poder. Esse é um dos fatores que explica a frustração coletiva em torno do documento *O Futuro que Nós Queremos*. Um lado saiu vencedor. Comentando sobre o documento que redigira a pedido de Strong, SACHS (2009, p. 252, 253) faria a seguinte consideração: “O texto me serviu, mais adiante, de base para um livro sobre

as estratégias de transição para o século XXI<sup>38</sup>, publicado com prefácio de Maurice Strong na Índia, no Brasil, Japão, Itália, Polônia e, evidentemente, na França, com o título *Écodéveloppement*.”

No contexto da Cúpula, países, instituições, governos e empresas começaram a compreender que não existia, em princípio, uma incompatibilidade intrínseca entre crescer e proteger o meio ambiente. Uma nova consciência integrada começaria a ser gestada. Entretanto, avanço significativo foi inserir a reflexão sobre desenvolvimento e meio ambiente. A questão ecológica é colocada no centro do processo mundial, SACHS (2009, p. 253) diz: “tanto assim que o nome oficial da Cúpula da Terra compreendia o meio ambiente e o desenvolvimento, e não apenas o meio ambiente, como em Estocolmo.”

Assim como o desenvolvimento fora inserido ao lado do meio ambiente, automaticamente outros problemas teriam de ser discutidos. Falar de desenvolvimento, induz também a pensar de forma transdisciplinar. Segundo I. Sachs, o vanguardismo da Rio 92 e o entusiasmo em torno da Cúpula da Terra não redundaram em ações práticas globais, fato que desmotivou o engajamento na Rio+10. Considerando todos esses fatores, um dos motivos levantados por I. Sachs para esse arrefecimento, também estará presente na Rio+20 alguns anos antes na escolha do tema. Por isso, ainda que seja longa, essa historiografia sobre o tema da sustentabilidade na ONU é importante. O relativismo e a ausência de reflexão epistemológica sobre o conceito “economia verde” se dão também porque, pelo prisma dessa historiografia do tema, para seguir o ritmo da ONU, a Rio+20 tinha que ser pragmática e relativa, a não ser que os países fizessem diferente. Fato que ficou legado ao Brasil e que optou pelo mesmo caminho.

Ao falar então sobre a dificuldade de cumprir os acordos estabelecidos na Carta da Terra, I. SACHS (2009, p. 254) conclui: “A essa inabilidade se acrescenta uma razão mais profunda. A maioria das recomendações da Cúpula do Rio iam em sentido contrário à contrarreforma neoliberal que, na época, estava no auge.” Se no contexto passado, a questão era a contrarreforma neoliberal; no contexto da Rio+20, o problema

---

<sup>38</sup> O livro sobre o qual nos referimos acima e servirá de base nesse trabalho foi publicado no Brasil em 1986. Cf. SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986, 207p.

fora a crise econômica mundial que não é tratada como chance de mudança para outro modelo de desenvolvimento.<sup>39</sup>

Sobre o não cumprimento dos acordos da Cúpula da Terra, SACHS (2009, p. 254) destacaria um aspecto que não mudou o paradigma. “O desenvolvimento socialmente incluyente e respeitoso do meio ambiente não é compatível com o *laissez-faire* econômico. [...] O entusiasmo arrefeceu.” Essa historiografia, em diálogo com as primeiras apresentações do documento, revela que, pelo fato de a Conferência de Joanesburgo não ter a mesma repercussão que a Rio 92, após 20 anos, a Rio+20 tinha todas as condições para se tornar a conferência da ONU sobre sustentabilidade que coloca as bases para mudar o desenvolvimento social, ambiental e econômico do século XXI.

#### **6.4 O “Ecodesenvolvimento” como Resposta ao “Relativismo” e “Pragmatismo” dos Conceitos “Sustentabilidade” e “Desenvolvimento Sustentável” do Documento**

Nessa altura da pesquisa, podemos afirmar que o *paradigma* é a diferença principal entre o ecodesenvolvimento, os pronunciamentos da sociedade civil sobre a definição de sustentabilidade e o conceito de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade presentes no documento. Os assuntos tratados no ecodesenvolvimento e no documento *O Futuro que Nós Queremos* até coincidem, mas a forma como são abordados é diferente. Para ilustrar o que chamamos de *paradigma*, referimo-nos a um dos autores mais usados para definir o conceito de paradigma, o físico Tomas Kuhn. No trabalho de KUHN (1994, p. 218), *Paradigma* é entendido como toda a constelação de crenças, valores, técnicas, etc., partilhados pelos membros de uma determinada comunidade e utilizados para enfrentar e solucionar problemas.

---

<sup>39</sup> Esse é um ponto negligenciado na Rio+20 e em muitos cursos que trabalham com o objetivo de desenvolver sustentabilidade e projetos sustentáveis. Falta aprofundar as diferentes propostas de desenvolvimento e temas universais da atualidade, como ética e a aperfeiçoamento da democracia participativa. Porém, para fazer isso seria imprescindível construir a abordagem transdisciplinar do desenvolvimento e da sustentabilidade. Não é de se estranhar que o primeiro evento internacional no qual I. Sachs participa no Japão era de Sociologia e Meio Ambiente.

Os pesquisadores de mudança paradigma afirmam que a crise acontece justamente quando o paradigma antigo não dá conta de resolver os problemas atuais.<sup>40</sup> A tensão existente entre a proposta fundamental do documento *O Futuro que nós Queremos* com, praticamente, vários representantes da sociedade civil citados nesse trabalho e os chamados *Eventos Paralelos*, se refere a uma questão de *paradigmas diferentes* ou formas diferentes de responder às urgentes mudanças e necessidades sociais. Esse é um aspecto importante, pois não é fácil perceber a diferença entre os conceitos “sustentabilidade” e “desenvolvimento” no ecodesenvolvimento e no documento *Futuro que Nós Queremos*. A reflexão a partir do *paradigma* clarifica que os pontos de partidas são diferentes, a partir de qual paradigma estão falando; até porque, tanto Sachs quanto os líderes da Rio+20 e os representantes da sociedade civil nos eventos paralelos descreveram a gravidade do problema socioambiental. Porém, a forma de abordá-lo revela também sob qual paradigma estão sujeitados.

Quando o problema é analisado, mas não se propõe mudanças reais, significa aceitar o paradigma do *status quo*. O contrário pode ser visto, quando SACHS (2007, p. 286) conceitua a sustentabilidade integral. Ele toca na estrutura do desenvolvimento vigente:

É provável que importantes transformações dessas estruturas e o questionamento dos padrões atuais de distribuição do poder se imponham como pré-requisitos para o desenvolvimento sustentável. Isso fica claro quando se discute a questão central – ‘por que as necessidades de tantas pessoas não estão sendo satisfeitas hoje?’ – avançando-se, em seguida, para a análise das causas econômicas, sociais e políticas do desemprego, da pobreza e da exclusão social.

O paradigma aparece nas entrelinhas. Uma das avaliações sobre o Rio+20, PRESS RELEASE (2012), afirma que a conferência finaliza com 500 bilhões de dólares para fomentar o desenvolvimento sustentável e 700 compromissos assumidos<sup>41</sup>. Porém, a questão muda quando a discussão é analisada por uma

<sup>40</sup> Cf. CAPRA, Fritjot. **O ponto de mutação. A ciência, a sociedade e a cultura emergente**. Trad. Alvaro Cabral. 14 ed. São Paulo: Cultrix, 1992, *passim*.

<sup>41</sup> Cf. **Rio+20 concludes with big package of commitments for action and agreement by world leaders on path for a sustainable future More than \$500 billion mobilized with over 700 commitments made.** Disponível em: [http://www.un.org/en/sustainablefuture/pdf/rio20%20concludes\\_press%20release.pdf](http://www.un.org/en/sustainablefuture/pdf/rio20%20concludes_press%20release.pdf)> Acesso em 09 nov. 2012.

hermenêutica de *mudança de paradigma*. Analisando alguns tópicos desse *Press Release*<sup>42</sup>, supomos que, sem a leitura a partir do paradigma, as análises do documento final da Rio+20 reduzem-se aos números e, possivelmente, não contribuirá em longo prazo para uma mudança no modelo de desenvolvimento. Essa é a principal razão para defendermos a hipótese de que o documento é *ambíguo, portanto, relativista e pragmático*. Numa interpretação que insere a discussão do paradigma, as ações são mais valiosas do que as retóricas, quando interferem na estrutura do processo. Um exemplo está na coerência teórica e linguística do *Press Release*. A partir da etiologia dos temas sustentabilidade e ecodesenvolvimento, é possível dizer que, embora as palavras abaixo sejam fortes, elas destacam, no documento do final da Rio+20, a ausência de objetividade que redundasse em ações que interfiram a curto, médio e longo prazo na estrutura do desenvolvimento, isto é, no paradigma vigente.

#### **Final Agreement**

Os líderes mundiais aprovaram o documento final para a Rio +20, intitulado "O Futuro que Queremos", esta noite. Nos meses que antecederam a Rio+20, as negociações sobre o documento final incluíram várias sessões de uma semana e muitas longas noites. Mas, sob a liderança do governo brasileiro, um acordo foi alcançado e assumido pelos 193 Estados-Membros das Nações Unidas.

- \* O documento apela para uma ampla gama de ações, entre muitos outros pontos, incluindo:
- \* lançamento de um processo para estabelecer metas de desenvolvimento sustentável;
- \* detalhamento de como a economia verde pode ser usada como uma ferramenta para alcançar o desenvolvimento sustentável;
- \* fortalecimento do Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas e estabelecer um novo fórum para o desenvolvimento sustentável;
- \* promoção de medidas de relatórios corporativos de sustentabilidade;
- \* tomar medidas para ir além do PIB para avaliar o bem-estar de um país;
- \* desenvolvimento de uma estratégia de financiamento do desenvolvimento sustentável;
- \* Adotar um quadro para combater o consumo e incentivar a produção sustentável;
- \* com foco em melhorar a igualdade de gênero;
- \* sublinhando a necessidade de envolver a sociedade civil e incorporar a ciência na política e
- \* reconhecendo a importância de compromissos voluntários no desenvolvimento sustentável.

Praticamente, todos os temas tocados acima são imprescindíveis para o debate sobre desenvolvimento sustentável, bem como para formular um conjunto de

---

<sup>42</sup> *Ibidem*

ações. Após a ratificação do documento, grupos de diversas partes do mundo se organizaram e continuam discutindo, através da internet, assuntos importantes ligados às questões relativas ao documento. No entanto, esse fato não anula a constatação do nosso trabalho, quando analisamos o documento, a partir da *mudança de paradigma*. O setor de “negócios sustentáveis” do THE GUARDIAN (2012), publicou sua leitura do documento final, destacando, nas entrelinhas, o relativismo e o pragmatismo do documento.<sup>43</sup>

Um grupo de organizações da sociedade civil, escreveu uma carta para a ONU e os 20 delegados do Rio, delineando sua oposição com referência ao acordado no documento. Segue o que o grupo afirma:

O futuro que queremos não se encontra no documento que tem esse nome.

O futuro que queremos não é o que resultou do processo de negociação da Rio +20.

O futuro que queremos tem compromisso e ação, não apenas promessas. Ele tem a urgência necessária para reverter a crise social, ambiental e econômica, e não adiá-la. Tem de haver cooperação e deve estar em sintonia com a sociedade civil e as suas aspirações, e não apenas uma posição confortável dos governos. (...)

A Rio +20 entra para a História como a conferência da ONU que ofereceu à sociedade global um resultado marcado por graves omissões. Ele põe em risco a preservação e a resiliência social e ambiental do planeta, bem como qualquer garantia dos já adquiridos direitos humanos para as gerações presentes e futuras. Por todas estas razões, nós, como muitos grupos da sociedade civil e indivíduos, registramos nossa profunda decepção com os chefes de Estado, sob cuja orientação, os negociadores trabalharam e ratificaram suas decisões. Nós afirmamos que não toleramos ou endossamos este documento.

Se observarmos, a relação entre retórica sem ações efetivas que toquem na estrutura do paradigma de desenvolvimento, isto é, base do relativismo e do pragmatismo, são detalhes destacados acima. A abordagem que fizemos no tópico anterior sobre a história das conferências da ONU para o meio ambiente e a proposta do ecodesenvolvimento de Sachs mostra que a questão é complexa. A mudança de paradigma exige ações concretas que interfiram no modelo de desenvolvimento a longo prazo, priorizando o desenvolvimento local. Com isso, os interesses econômicos globais podem ser relativizados, ainda que continuem fortes. Ao comentar sobre esse tema na ONU, SACHS (2007, p. 203) conclui:

A retórica exercida durante as três décadas do desenvolvimento, sob a égide das Nações Unidas, praticamente não se traduziu em ações efetivas visando preencher o abismo

<sup>43</sup> **The Rio+20 The Future we don't Want.** Disponível em: <http://www.guardian.co.uk/sustainable-business/rio-20-earth-summit-diary-21-june>> Acesso em 21 Jun. 2012.

entre uma minoria de países ricos e os outros. [...] A relação de emissões globais de CO2 é de aproximadamente 8,1.

Levando em conta esses indicadores, pode-se sustentar que o desenvolvimento passado, concentrado, sobretudo no Norte, pesa tão fortemente sobre as capacidades de carga do nosso planeta que não há mais lugar para recém-chegados. Estaríamos correndo para o desastre se o atual modelo de crescimento dos países industrializados se propagasse por todo planeta – isto é, se todos os pobres do mundo se tornassem ricos, no sentido atribuído atualmente a este termo pela minoria das pessoas abastadas. Pois a prática dos países industrializados não cessou de se apoiar na exploração intensiva dos recursos naturais e colocou em risco o equilíbrio ambiental – [...].

Ou seja, sem propostas certas para mudança do paradigma do projeto de desenvolvimento e crescimento vigente, o tema principal da Rio+20, isto é, a erradicação da pobreza e a economia verde, nasce condenado à morte,<sup>44</sup> e o relativismo, pragmatismo e o multilateralismo tornam-se opções de manutenção do paradigma atual. Não estamos afirmando que essa transição seja simples. A análise feita pelo THE GUARDIAN (2012) sobre o documento final destaca esse aspecto e comprova nossa hipótese<sup>45</sup>:

Nada disso pode ser encontrado nos 283 parágrafos do documento oficial que será o legado desta Conferência. O documento intitulado 'O Futuro que Queremos' é medíocre e muito aquém do espírito e os avanços feitos ao longo dos anos desde a Rio-92. Ele ainda está muito aquém da importância e da urgência das questões abordadas. Agendas frágeis e genéricas para futuras negociações não garantem resultados.

A questão é que, quando analisamos os mesmos assuntos pelo espectro do paradigma, isto é, incapacidade do modelo atual de solucionar o problema ambiental, as propostas e conclusões do documento tornam-se *relativas e ambíguas* porque, de certa forma, é preciso manter o paradigma vigente e, ao mesmo tempo, discutir o problema por causa do apelo da sociedade, como vimos na historiografia de entrada do tema do meio ambiente na pauta da ONU. Notemos que, se a ênfase for o

<sup>44</sup> No trabalho que desenvolvemos com a implantação de um Ecomuseu no morro de Santa Marta, Botafogo, Rio de Janeiro, constatamos tal fato: a simples mudança social ocorrida entre estas pessoas pobres pode ser observada através do desejo de adquirir os bens de consumo vigentes na sociedade: o barraco está quase caindo, mas lá dentro possui os eletros-eletrônicos de última geração consumidos pela população e que movimenta a economia brasileira. Do ponto de vista do paradigma, a opção do desenvolvimento da economia interna brasileira não difere da proposta da ONU. O maior exemplo está nas diversas vantagens que a indústria automobilística, movimentada pela gasolina, recebeu nos últimos anos. Esse exemplo da favela pode ser usado para mostrar a contradição, nesse paradigma de desenvolvimento econômico, social e ambiental, entre Economia Verde e Erradicação da Pobreza.

<sup>45</sup> **The Rio+20 The Future we don't Want.** Disponível em: <http://www.guardian.co.uk/sustainable-business/rio-20-earth-summit-diary-21-june>> Acesso em 21 Jun. 2012.

desenvolvimento local em sua relação com o global, sustentabilidade não pode ser um conceito fixo, estático e pronto.

Vale citar o longo texto do manifesto feito pelo PEOPLE'S SUSTAINABILITY TREATIES (2012), que reuniu uma consulta feita com centenas de pessoas na Rio+20 sobre o documento final:<sup>46</sup>

Os signatários do presente Manifesto se recusam a ficar de braços cruzados diante de mais um fracasso dos governos para dar esperança para um futuro sustentável para todos. Eles anunciaram suas responsabilidades em realizar ações e incentivar atitudes semelhantes, forçar compromissos daqueles que são detentores de direitos e outras partes interessadas, comunicando a visão de comunidades saudáveis e sustentáveis, com bem-estar, equidade humana e suas estratégias associadas, trabalhando unidos para formação de um movimento global de cidadãos para conduzir a transição para um futuro sustentável, equitativo e democrático.

Estas ações viriam juntas na forma de um movimento global de cidadãos para conduzir a transição para um futuro sustentável, equitativo e democrático, no qual a ética se torna um direito e uma responsabilidade em nível individual, coletivo e planetário.

A humanidade enfrenta crises múltiplas e assustadoras que confrontarão e impactarão milhares de milhões de pessoas nas próximas décadas. Além disso, a pesquisa mostra que nossas ações, muito provavelmente, já atingem os vários limites do planeta.

Apesar disso, os governos na Rio +20 perderam mais uma oportunidade de formular uma resposta efetiva às crises. De fato, desde 1992, tem havido um retrocesso no consenso a que se chegou na Cúpula da Terra – reflete princípios como a repartição de encargos, a articulação dos direitos, a mobilização de apoio e proteção dos vulneráveis. Repetidas tentativas para reanimar este consenso – em Johannesburgo em 2002, Bali em 2007, de Copenhague em 2009, e agora o Rio de Janeiro em 2012; porém, tem-se retornado de mãos vazias, frustrando os esforços para construir sobre ela.

Apesar de um crescimento sem precedentes na economia global desde 1992, os governos estão presos em fazer exigências insaciáveis de crescimento ainda mais insustentável, com crescente desigualdade para resolver os problemas que a globalização econômica em si causou.

Todas as questões relacionadas à crise de paradigmas foram citadas acima, isto é, o problema e a maneira como o documento final poderia ter sido enfrentado. De certa forma, essa é a questão do conceito de sustentabilidade e desenvolvimento presentes no documento, ao propor a economia verde e a erradicação da pobreza. Ao definir o que significa o ecodesenvolvimento, defende SACHS (1986, p. 114) que:

---

<sup>46</sup> **Peoples's Sustainability Manifesto**. Disponível em: <http://www.ipetitions.com/petition/peoples-sustainability-manifesto/>> Acesso em 18 Nov. 2012.

ao invés de postular o não-crescimento, o ecodesenvolvimento convida a que se prospectem novas modalidades de crescimento, tanto no plano das finalidades como nos dos instrumentais, procurando aproveitar as contribuições culturais das populações interessadas e transformar em recursos úteis os elementos do seu meio ambiente. O que se pretende é uma dupla abertura do horizonte do planejador à antropologia cultural e à ecologia.

Alguns aspectos citados acima são elementos fundantes para o conceito de ecodesenvolvimento que Ignacy Sachs desenvolve em sua vasta produção: crescimento endógeno, valorização das potencialidades locais e transdisciplinaridade; planejamento, preservação da biodiversidade como critério de crescimento, a interface entre alimentos-energia na busca de soluções locais para problemas globais, são aspectos fundamentais para o ecodesenvolvimento. No processo, em comparação com a proposta do documento final, a questão é a manutenção do mesmo paradigma, e o ecodesenvolvimento propõe a mudança, a partir dos critérios locais.

As críticas do manifesto PEOPLE'S SUSTAINABILITY TREATIES (2012) podem coincidir com os elementos desse 'novo' paradigma, presentes na definição de SACHS (1986, p. 119):

Chegou a hora do desenvolvimento endógeno, da busca de soluções originais capazes de retomar contato com a sensibilidade ecológica do pensamento selvagem (Lévi-Strauss, 1962) e com a racionalidade camponesa, sem que isto implique um retrocesso: o ecodesenvolvimento, isto é, a procura de um desenvolvimento socialmente desejável, economicamente prudente e economicamente viável (Sachs, 1980a, 1980b), comporta ação intensiva de pesquisa, de experimentação e de inovação visando aproveitar, ou melhor, transformar elementos do ambiente em recursos úteis ao homem, assegurando-lhes uma produção sustentada. Somente desse modo, o desenvolvimento se processará em harmonia com a natureza e os objetivos sociais, econômicos e ecológicos se tornarão compatíveis entre si.

No conceito de sustentabilidade e desenvolvimento que subjaz o ecodesenvolvimento, está o enfrentamento dos interesses hegemônicos com ações práticas locais. Nesse aspecto, enquanto o ecodesenvolvimento parte do local para o global, o documento oficial da Rio+20 tenta equacionar os interesses globais dos países às realidades locais dos Estados, justamente onde estão biodiversidade e população. Essa é a principal idiossincrasia do documento *O Futuro que Quereamos*, que o obriga a ser *relativo, ambíguo e pragmático*: por um lado, afirma conceitos politicamente corretos sobre sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável, propondo ações até importantes, por outro, essas ações não intervirão na estrutura funcional do

desenvolvimento e no seu paradigma econômico a curto prazo. Essa ambiguidade gera descrédito na população que, sob a batuta da análise dualista da mídia, não via sentido num evento de tamanhas proporções, mas sem propostas e compromissos concretos dos países para redução dos GEEs.

À luz do diagnóstico e das leituras dos documentos da sociedade que postulamos, comparamos com os critérios do ecodesenvolvimento, segundo SACHS (1986, p. 107).

As quatro condições essenciais para o ecodesenvolvimento são:

- a) Poder de decisão horizontal de desenvolvimento, capaz de suplantar a abordagem setorial e de tirar proveito de todas as possibilidades de complementaridade existentes.
- b) Participação real da população na preparação de ecoestratégias, na pesquisa necessária e na execução da ação proposta.
- c) Sistema educacional que, ao invés de concentrar-se na transferência de conhecimento didático, converta a escola rural em verdadeira agência de desenvolvimento, onde os estudantes aprendam a participar diariamente de atividades de desenvolvimento, a assumir suas responsabilidades em relação à comunidade e, ao mesmo tempo, a pensar especificamente em termos ecológicos e antropológicos.
- d) Sistema de integração de áreas rurais na economia nacional, de maneira a evitar que os produtores de produtos primários sejam explorados por uma cadeia de intermediários.

O Ecodesenvolvimento é uma proposta de discussão de paradigma, na qual o desenvolvimento propõe substituir as lógicas de produção pela lógica da necessidade.<sup>47</sup> Por isso, ele é um questionamento da lógica estritamente produtivista e consumista da economia de mercado que vê os recursos naturais pelo ângulo da disponibilidade e dos preços.<sup>48</sup>

---

<sup>47</sup> Segundo SACHS (1989, p. 160), o desenvolvimento focado na necessidade deverá considerar de forma séria o binômio alimento-energia.

<sup>48</sup> Sachs mostra que foi justamente no campo, onde há muito tempo se questionava, com a vida diária, a lógica de mercado. Como diz SACHS (1986, p. 110): “Não é, pois, por acaso terem sido os floresteiros – que, é bem verdade, trabalham em florestas dominiais e conseqüentemente podiam fugir à lógica do mercado – os primeiros a elaborar, no plano científico, o conceito de aproveitamento regular e contínuo, que se situa no próprio coração do ecodesenvolvimento, definido como um desenvolvimento socialmente desejável, economicamente viável e ecologicamente prudente (Sachs, 1980a).” A valorização crítica da sabedoria popular camponesa geraria uma pesquisa em etnoecologia. Lembremos que foi da percepção do campo na Alemanha que encontramos a primeira conceituação de sustentabilidade. Cf. GROBER, U. **Die Entdeckung der Nachhaltigkeit. Kulturgeschichte eines Begriffs**. Antje Kunstmann-Verlag. 360 S. \_\_\_\_.

Desenvolvido em várias obras, o ecodesenvolvimento é uma abordagem integral e alternativa, como afirma SACHS (1986, p. 160): “O objetivo é a busca de sistemas de produção criados pelo homem, economicamente viáveis e ecologicamente sustentáveis, inspirados paradigmaticamente no conceito de ecossistema e capazes de prover, simultaneamente, alimentos para as pessoas, ração para os animais e biomassa energética.”

O que afirmamos se confirma nessa definição de ecodesenvolvimento, se interpretada como mudança de paradigma, conforme SACHS (1986, p. 98) defende.

Chamaremos de estratégias de ecodesenvolvimento aquelas que se destinam a ecozonas em particular, com vistas a: (a) fazer uso mais completo dos recursos específicos de cada ecozona, para atender às necessidades básicas de seus habitantes, salvaguardando, ao mesmo tempo, os prospectos em longo prazo, através de gestão racional desses recursos, ao invés de uma exploração destrutiva dos mesmos; b) reduzir ao mínimo os efeitos ambientais negativos e inclusive utilizar, tanto quanto possível, os produtos de refugo para finalidades produtivas; c) desenhar tecnologias adequadas à consecução destes objetivos.

Encontramos aqui três aspectos que, num desenvolvimento, não deveriam estar sobrepostos assimetricamente ao local: a riqueza dos recursos ambientais do contexto local, a coerente utilização para subsistência e as tecnologias que seriam criadas para esse fim. Se for coerente essa leitura, das universidades às empresas deveriam participar conjuntamente de um projeto de sustentabilidade.

E ao definir o ponto central dessa mudança, SACHS (1986, p. 99) toca num elemento fundamental no desenvolvimento sustentável, as tecnologias:

A maior mudança ocorre no estilo tecnológico, embora o ecodesenvolvimento não se deva reduzir a esse aspecto apenas. (...) Em vez de se adaptarem o ecossistema a tecnologias importadas, testadas em condições ecológicas e culturais diferentes e que tendam a destruir o sistema, produzindo efeitos sociais desastrosos, a ideia é a de adotar-se uma nova atitude, desenhando-se tecnologias apropriadas às condições do ambiente natural e social em que deverão ser utilizadas.

A transdisciplinaridade que está na base do ecodesenvolvimento pressupõe uma articulação estrutural e planejada. Isso mexe diretamente nas pesquisas realizadas nas universidades e no questionamento dos seus objetivos e finalidades. Portanto, insere

a ética como ponto fundamental desse novo paradigma. Não bastaria ter as condições de pesquisar, mas escolher pelas necessidades locais e ecossociais, o que se vai pesquisar. Assim também explanou SACHS (1986, p. 99):

Evidentemente, o ecodesenvolvimento envolve também uma mudança na ordem das prioridades e no estilo da pesquisa científica. Em vez de seguirem as fórmulas alienantes ditadas pelos centros científicos externos, os especialistas em pesquisas deverão adotar uma escala diferente de valores, que dê mais importância, em particular, à solução de problemas locais, à simplicidade das técnicas propostas e à sua melhor avaliação no ângulo ecológico e cultural do que exclusivamente pela eficiência das mesmas em termos de obtenção de performance máxima. Atribuir-se-á, simultaneamente, grande importância à participação da população local em atividade de pesquisa e esforço no sentido de se tirar partido do engenhoso conhecimento ecossistêmico da população, através da etnoecologia (que obviamente inclui a etnobotânica).<sup>49</sup>

Ao mesmo tempo em que o ecodesenvolvimento pressupõe uma mudança estrutural na ordem de prioridades com relação à tecnologia e pesquisa, SACHS (1986, p. 107), o “ecodesenvolvimento não é apenas um estilo tecnológico. Sua aplicação depende de uma mudança institucional, parte integrante do processo de desenvolvimento (Barraclough, 1971) e da evolução da mentalidade humana.” Neste sentido, a crise econômica vigente não deveria ser motivo para não fazer mudanças, mas a chance de avaliar e aperfeiçoar o desenvolvimento. Esse é o motivo pelo qual, por um lado, observa-se a importância do documento oficial e, por outro, sua característica “relativista”, “ambígua” e “pragmática” implícita nos conceitos de sustentabilidade e de desenvolvimento.

Nessa mudança de paradigma, essa proposta poderia aperfeiçoar o conceito de *projetos sustentáveis* dentro do mercado de crédito de carbonos, isto é, aspecto fundamental da pós-graduação. Segundo SACHS (1986, p. 40), a economia política dos recursos funde-se à pesquisa de estratégias de desenvolvimento; as técnicas devem estar a serviço da promoção dos atores sociais locais. Neste caso, o ambiente, eco, apareceria como dimensão do desenvolvimento, isto é, do uso estratégico dos recursos e da utilização sustentável para a própria população ao longo do tempo. Nessa

---

<sup>49</sup> Devemos explicar que as áreas de aplicação do ecodesenvolvimento são praticamente as mesmas debatidas para construção do documento, como bem descreve SACHS (1986, p. 99, 100): “Passemos a examinar brevemente algumas aplicações possíveis do conceito de ecodesenvolvimento nas áreas de nutrição, habitação, energia, exploração industrial de recursos renováveis e conservação de recursos.”

mudança, a erradicação da pobreza seria mais visível e protegida da retórica ambígua e de ações pragmáticas.

Ao interagir economia, ecologia e antropologia por um lado, e população, empresários, poder público, universidade e pesquisadores por outro, tendo como prioridade a relação equitativa entre o uso dos recursos e sua preservação dentro de planejamentos a curto, médio e longo prazo, o ecodesenvolvimento demonstra que a transdisciplinaridade é fator imprescindível para propor um desenvolvimento coerente e genuinamente sustentável. Nesse sentido, a ética se torna elemento preponderante no processo,<sup>50</sup> pois, o critério economicamente viável e a necessidade do lucro pela empresa não poderiam sobrepor às possibilidades de ganhos da comunidade local e à preservação da biodiversidade regional. Aqui se tem uma mudança de paradigma, que o critério é o local e não o universal como está posto no documento. Para visualizarmos o problema levantado em nossa pergunta geral, a Rio+20 precisa ser inserida nesse contexto do paradigma, a saber, o ponto de partida. Assim, o resultado da conferência transcende as decisões contidas no documento e insere os posicionamentos dos diferentes setores da sociedade que debateram os assuntos e enviaram seus documentos para o secretário geral da ONU.<sup>51</sup>

Muito mais do que o tímido documento formulado na conferência oficial – “O Futuro que Nós Queremos Ter” – e certa decepção pelo excesso de bom senso do governo brasileiro ao assumir as negociações, a Rio+20 deveria ser lida também a partir dos Eventos Paralelos: no Forte de Copacabana, na PUC-Rio, no Parque dos Atletas e no Aterro do Flamengo. Debruçando sobre o mesmo tema da Sustentabilidade, diferentes atores, dentre eles, 500 cientistas na PUC-Rio, 59 prefeitos das maiores cidades do mundo no Forte de Copacabana e representantes de quase todos os principais movimentos populares do Brasil no Aterro do Flamengo, enviaram documentos relevantes, críticos à situação atual e cientificamente embasados para o secretário geral da ONU, Ban Ki-moon.

---

<sup>50</sup> Quem acompanhou e a ainda acompanha o pós Rio+20, perceberá a continuidade de importantes discussões com cunho transdisciplinar. Importantes, porém, não afetam por ora a mudança no modelo de desenvolvimento vigente.

<sup>51</sup> DELAMBRE, Dell. Rio+20+Paralelos = Sustentabilidade, Casa da Transdisciplinaridade no Século XXI. Disponível em: < <http://golparaoplaneta.wordpress.com/2012/07/12/rio20paralelos-sustentabilidade-casa-da-transdisciplinaridade-no-seculo-xxi/>> Acessado em: 25.12.2013.

## CONCLUSÃO E PROPOSTAS

Esse trabalho de TCC, fundamentado numa pesquisa bibliográfica, analisou os conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável que aparecem de forma implícita no documento final da Rio+20 “O Futuro que Nós Queremos”, a partir do conceito de ecodesenvolvimento do ecossocioeconomista Ignacy Sachs. Esse estudo foi realizado em diálogo com relatórios e documentos que diferentes setores nacionais e internacionais da sociedade enviaram à ONU.

A partir da teoria do Ecodesenvolvimento e da avaliação de diversos segmentos da sociedade, essa pesquisa conclui que, pelo fato de depender do paradigma vigente de desenvolvimento ecossocial, marcado prioritariamente pelos interesses econômicos dos países do bloco europeu e pelo contexto da atual crise econômica mundial, o documento *Futuro que Nós Queremos* construiu conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável ambíguos, relativos e pragmáticos. Ao mesmo tempo em que tem consciência da gravidade do problema ambiental (implicitamente a insuficiência do paradigma de desenvolvimento econômico, social e ambiental, sendo necessário responder à pressão da sociedade), o documento buscou equacionar os interesses políticos e econômicos dos países que não desejavam mudar a dimensão estrutural do desenvolvimento, o que acarretaria em assinar metas numéricas, a curto, médio e longo prazo, para redução das emissões GEEs, que denotassem uma *mudança de paradigma* no desenvolvimento sustentável e na compreensão do significado de sustentabilidade.

Interpretada, portanto, pelo prisma do paradigma e da historiografia do tema na ONU e dos debates anteriores que deram as bases para o documento, suspeitamos que a conferência já estava decidida antes mesmo de começar. Por isso, o documento final não pode ser analisado fora do contexto da historiografia desse debate nas conferências anteriores da ONU para o desenvolvimento sustentável. Essa caminhada de opções explica o relativismo e a ambiguidade que subjazem temas centrais do documento, isto é, economia verde e erradicação da pobreza. Fato que ficaria evidente pela opção predefinida em não fazer uma conferência voltada para avaliação das metas alcançadas e dos fracassos das conferências anteriores. A conferência que deveria decidir mudanças, opta pela retórica e, portanto, ausência de forças para homologar novas metas

de redução de GEE e compromissos para o presente e o futuro. O equacionamento de interesses globais ficaria evidente nos conceitos que amarram o documento. Vigoraria o multilateralismo, mantendo o paradigma vigente de desenvolvimento, sobrepondo o global sobre o local, e os interesses internacionais, aos nacionais.

Essa é a principal razão pela qual a proposta de Ecodesenvolvimento é uma resposta ao *relativismo e pragmatismo* do conceito de sustentabilidade e desenvolvimento do documento do documento. O Ecodesenvolvimento não segue a radicalidade de alguns segmentos da sociedade que pontuam o crescimento zero, mas também não compactua com os interesses majoritários dominantes na Rio+20. Seus reflexos estão nos conceitos ambíguos e fundamentais do documento, que acenam os principais problemas de um desenvolvimento arriscado à saúde do planeta e ratificador da pobreza. Porém, a consciência do problema não interferiu no momento de votação das leis internacionais que, paulatinamente, mudariam o *status questiones* do índice de poluição, da saúde, do ser humano e da biodiversidade. Portanto, mantiveram o mesmo paradigma, utilizando conceitos como *sustentabilidade, desenvolvimento sustentável e economia verde*.

Ao falar dos três conceitos supracitados, o documento apropria-se do recurso linguístico de palavras significativas nesse início de milênio, conferindo-lhes sua própria semântica, isto é, o genitivo do modelo hegemônico de desenvolvimento, no qual o econômico está sobre o social e o ambiental, sem dizer das outras áreas humanas que nem são citadas. Para manter o modelo, esses termos passam a operar dentro da lógica da ambiguidade e do relativismo, gerando ações situadas e pragmáticas e uma leitura negativa do documento. O mesmo problema redundou numa indefinição epistemológica, conceitual e semântica dos principais termos que fundamentam, no texto final, os três conceitos citados no parágrafo anterior.

A fim de se livrar desse pragmatismo e deixar bem evidente a urgência das necessidades vigentes, o documento poderia ser estudado a partir da *mudança de paradigma*. Neste sentido, ele se torna relevante porque, embora o econômico se sobreponha a todas as outras dimensões da vida nesse modelo, há duzentos anos, o termo sustentabilidade surge da constatação de que o progresso econômico não equitativo ao social e ambiental é comprometedor da vida no futuro. Por isso, a partir

dessa pesquisa de TCC, propomos que sustentabilidade se transforme numa *ciência da transdisciplinaridade*, isto é, forjando novos conhecimentos locais que unam as Ciências do Espírito ou Humanas, *Geisteswissenschaft*, com as Ciências Exatas ou da Natureza, *Naturwissenschaft*. Se essa sustentabilidade for compreendida em consonância com o desenvolvimento local, na relação com os interesses globais, sua ressonância será sempre de um conceito inacabado, em construção, desenvolvido no gerúndio, e atento ao relativismo.

O relativismo e o pragmatismo foram os motivos pelos quais os setores da sociedade reprovaram o documento, pois ele opera dentro da lógica que define sustentabilidade a partir da ótica *geral, global, universalista*, enquanto os segmentos sociais partem da ótica *específica, local-regional e pontual*. É provável que se a ONU tivesse proposto a discussão do tema a partir do paradigma *local ou regional*, certamente teria possibilitado maior adesão social e respeitabilidade da sociedade. No documento, o conceito de sustentabilidade é fixo, fala-se de premissas e axiomas gerais: *futuro das gerações, bens comuns, preservação da biodiversidade, eliminação da pobreza no mundo, economia verde*. Na proposta que confronta esse modelo, a sustentabilidade torna-se um conjunto de princípios mutáveis, aferidos sempre pela comunidade local, para o desenvolvimento regional em diálogo com as demandas nacionais, internacionais e universais. Nesse sentido, seria muito mais coerente falar em erradicação da pobreza, pois seria necessário pontuar claramente suas causas e ações para atacá-la de forma que os não pobres sejam inseridos em outra rede simbólica que não seja prioritariamente a do consumo como motor do desenvolvimento econômico. A prioridade seria o processo do desenvolvimento local, com ações locais nos quais o lucro seria distribuído primeiro entre a comunidade e não para o acúmulo de grupos menores: biodiversidade, patrimônios material, imaterial, territorial, cultural, social e econômico, potencialidades regionais e outros aspectos ganhariam força. Poderiam ser valorizadas, as construções de políticas de desenvolvimento nacional e internacional, a partir do desenvolvimento local com seus atores sociais. É diferente de projetos com adjetivo de sustentáveis, mas que chegam prontos para o local, pois, para a empresa que patrocina, é necessário ser

economicamente viável, sempre no modelo em que o econômico dita as regras para as outras dimensões da vida humana.

A mesma discussão que levantamos no documento final da Rio+20 poderia ser feita tanto no projeto da pós-graduação em Mudanças Climáticas, Projetos Sustentáveis e Mercado de Carbono quanto nas outras pós-graduações que atualmente utilizam os artigos ambientais como produto educacional. Essa discussão poderia fornecer contribuições para o debate sobre o tema. No entanto, não faremos esse aprofundamento por não ser objetivo específico do tema da nossa pesquisa conforme sugeriu-nos os avaliadores do nosso trabalho.

Embora também não esteja ligado diretamente como conclusão do tema, destacamos que do ponto de vista da oportunidade de mercado, as Comunidades Pacificadas no Rio de Janeiro recebem um número imenso de projetos. No entanto, compreendo que essa pós-graduação e esse TCC discutem sobre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável no documento da Rio+20, podemos fornecer elementos para criação de dois produtos que futuramente pretendemos lançar no mercado através de consultoria: 1) *Certificação de Projetos Sustentáveis em Favelas Pacificadas*. 2) *Selo de Intenção Sustentável* (O máximo do mínimo que uma empresa a caminho da sustentabilidade deve saber e desenvolver). As centenas de empresas de pequeno porte que nascem atualmente no Brasil e não podem ser certificadas nos rígidos órgãos de regulações internacionais de meio ambiente e sustentabilidade são nosso público alvo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BUCÃO, L.; PIRES, M. T. **Jogos Diplomáticos: como nasceu o texto da Rio+20.** Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/jogos-diplomaticos-como-nasceu-o-texto-da-rio-20>> Acesso em: 24 jun. 2012.
- CARLOWITZ, H. C. Von **Sylvicultura oeconomica. Anweisung zur wilden Baumzucht.** Leipzig, TU Bergakademie Freiberg und Akademische Buchhandlung, 2000.
- CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação. A ciência, a sociedade e a cultura emergente.** Trad. Alvaro Cabral. 14 ed. São Paulo: Cultrix, 1992, *passim*.
- COUTO, C. "Ignacy Sachs Recomenda na Rio+20, nem pessimismo, nem ufanismo. In: **Revista Época de Negócios.** Disponível em: <http://colunas.revistaepocanegocios.globo.com/empresaverde/2012/06/13/ignacy-sachs-recomenda-na-rio20-nem-pessimismo-nem-ufanismo/>> Acesso em 11 Set 2012.
- DELAMBRE, Dell. **Rio+20+Paralelos = Sustentabilidade, Casa da Transdisciplinaridade no Século XXI.** Disponível em: <http://golparaoplaneta.wordpress.com/2012/07/12/rio20paralelos-sustentabilidade-casa-da-transdisciplinaridade-no-seculo-xxi/>> Acesso em 25 Dez 2012.
- DOWBOR, L. Rio+20: centrada no equilíbrio entre a sustentabilidade e a equidade. In: **Revista do Instituto Humanitas Unisinos ON-LINE.** Ano XI, p. 16, Dez. 2011.
- GROBER, U. **Die Entdeckung der Nachhaltigkeit. Kulturgeschichte eines Begriffs.** Antje Kunstmann-Verlag. 360 S.
- \_\_\_\_\_. Tiefe Wurzeln: eine kleine Begriffsgeschichte von 'Sustainable Development' - Nachhaltigkeit. In: **Tiefe Wurzeln. WWW.unweltpolitik.at** : Acesso em 02 Marc 2013. S 116-128. 2002.
- KI-MOON, B. **Declaração de Ban Ki-moon à Assembleia Geral da ONU sobre os resultados da Rio+20.** Disponível em: <http://www.onu.org.br/rio20/tema/documento-final/>> Acesso em: 28.06.2012.
- Ban Ki-moon se encontra com representantes de movimentos sociais.** 22.06.2012. Rio+20. Áudio Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=qVWv5OuBmY8&feature=youtu.be>> Acesso em 18 Jan 2013.
- KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas.** São Paulo: Ed. Perspectiva, 1994.
- PERRI, F. M. **No texto final, o curto prazo tem mais urgência que o longo prazo.** Disponível em: <http://g1.globo.com/natureza/rio20/traduzindo-a-rio20/platb/2012/06/21/no-texto-final-o-curto-prazo-tem-mais-urgencia-que-o-longo-prazo/> > Acesso em 24 jun. 2012.
- RAHMSTROF, S; SCHELLNHUBER, H. **Der Klimawandel. Diagnose, Prognose und Therapie.** Muechen: C.H Beck, 2012, 144p.
- SACHS, Ignacy. **Capitalismo de Estado e Subdesenvolvimento. Padrões do setor público em economias e subdesenvolvidas.** Trad. Margarida Moura Maria. Petrópolis: Vozes, 1969, 206p.
- \_\_\_\_\_. **Stratégies de l'écodéveloppement.** Paris: Editions Economie et humanisme et les Editions ouvrières, 1980, 140p.

\_\_\_\_. **Initiation à l'écodéveloppement.** En collab. avec A. Bergeret, M. Schiray, S. Sigal, D. Théry, K. Vinaver. Toulouse, Privat, 1981, 365p.

\_\_\_\_. **Ecodesarrollo: desarrollo sin destruccion.** Mexico, El Colegio de México, 1982, 201p.

\_\_\_\_. **Ecodesenvolvimento. Crescer sem destruir.** São Paulo: Vértice, 1986. 207p.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2006

\_\_\_\_. **Desenvolvimento includente, sustentável e sustentado.** Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2006.

\_\_\_\_. **Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento.** Paulo Freire Vieira (org.). São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_. **Terceira Margem. Em busca do Ecodesenvolvimento.** São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SALZMANN, Juliane. **Naturethik und Nachhaltigkeit.** Muechen: GRIN Velarg GmbH. 2012.

TRIGUEIRO, André. **Um papo com Bloomberg.** Disponível em: <http://g1.globo.com/platb/mundo-sustentavel/category/mundo-sustentavel/>> Acesso em 25 Jun. 2012.

**Rio+20. The Future we want.** Disponível em: <http://www.un.org/en/sustainablefuture/>> Acesso em 25 jun 2012.

**Declaração final da Cúpula dos Povos na Rio+20.** Disponível em: <http://cupuladospovos.org.br/2012/06/declaracao-final-da-cupula-dos-povos-na-rio20-2/>> Acesso em 22 Dez 2012.

**Watch CAN' Wael Hmaidan deliver the NGOs statement at the opening of the Rio+20 conference.** Disponível em: <http://webtv.un.org/meetings-events/watch/representative-of-the-non-governmental-organizations-major-group-opening-of-the-conference-1st-plenary-meeting-rio20/1698993624001>> Acesso em 20 Set 2012

<WWW.C40.Org.>

**Rio C+40: Cities shaping the discussion on a global Situation.** Disponível Em: <http://c40.org/c40blog/rio-c40-cities-shaping-the-discussion-on-a-global-solution> > Acessado em 14 Set 2012.

**Rio+20 concludes with big package of commitments for action and agreement by world leaders on path for a sustainable future More than \$500 billion mobilized with over 700 commitments made.** Disponível em: [http://www.un.org/en/sustainablefuture/pdf/rio20%20concludes\\_press%20release.pdf](http://www.un.org/en/sustainablefuture/pdf/rio20%20concludes_press%20release.pdf)> Acesso em 09 Nov 2012.

**The Rio+20 The Future we don't Want.** Disponível em: <http://www.guardian.co.uk/sustainable-business/rio-20-earth-summit-diary-21-june>> Acesso em 21 Jun 2012.

**Pleoples's Sustainability Manifesto.** Disponível em: <http://www.ipetitions.com/petition/peoples-sustainability-manifesto/>> Acesso em 18 Nov. 2012

**Sustainable Development Dialogues.** Disponível em:  
<<http://www.uncsd2012.org/index.php?page=view&nr=596&type=13&menu=23>>  
Acesso em 19 jun. 2012.